



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO

ELSON RODRIGUES DOS SANTOS

**ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM PROJETOS INSTITUCIONAIS DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:**

Um estudo de caso sobre o Projeto UFPE no Meu Quintal

RECIFE

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ELSON RODRIGUES DOS SANTOS

**ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM PROJETOS INSTITUCIONAIS DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:**

Um estudo de caso sobre o Projeto UFPE no Meu Quintal

TCC apresentado ao Curso de Gestão da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Gestão da Informação.

Orientador(a): Márcia Ivo Braz

Coorientador(a): Sérgio Matias da Silva

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Elson Rodrigues dos.

Organização da Informação em Projetos Institucionais de Extensão
Universitária: um estudo de caso sobre o projeto UFPE no Meu Quintal /
Elson Rodrigues dos Santos. - Recife, 2025.

69p. : il.

Orientador(a): Márcia Ivo Braz

Coorientador(a): Sérgio Matias da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Gestão da Informação -
Bacharelado, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. organização da informação. 2. projetos institucionais de extensão. 3. UFPE
no Meu Quintal. I. Braz, Márcia Ivo. (Orientação). II. Silva, Sérgio Matias da.
(Coorientação). IV. Título.

020 CDD (22.ed.)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM PROJETOS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROJETO UFPE NO MEU QUINTAL

ELSON RODRIGUES DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, apresentado no Curso de Gestão da Informação, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão da Informação.

TCC aprovado em 01 de abril de 2025

Banca Examinadora:

MÁRCIA IVO BRAZ - Orientador(a)
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

MÁRCIO HENRIQUE WANDERLEY FERREIRA – Examinador(a) 1
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

JOSÉ EDUARDO GARCIA - Examinador(a) 2
Universidade Federal de Pernambuco - CAV

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida, e a minha família, pelo apoio incondicional que tive quando resolvi cursar a segunda graduação.

Ao curso de Gestão da Informação. Meus colegas, tanto os da minha turma quanto os de outras turmas, alguns dos quais se tornaram bons amigos que levarei comigo pro resto da vida. Aos professores do curso, que me repassaram seus conhecimentos diariamente e incentivaram a nunca ter medo do mundo por ele não saber o que é um gestor da informação. “Deem a cara a tapa e vendam o peixe de vocês” foi uma frase dita por quase todos em algum momento da graduação.

A professora Márcia Braz, por aceitar me orientar nesse trabalho. Obrigado pela confiança, paciência e bom humor ao longo do curso.

Ao pessoal do projeto UFPE no Meu Quintal, conhecer vocês e compartilhar a vivência do espírito extensionista com certeza mudou as minhas perspectivas. Sérgio, muito obrigado pela oportunidade e também pelo apoio durante a escrita deste trabalho.

Ao grupo do podcast InteraGI, fazer parte da equipe de um projeto que contribui continuamente para disseminar a Ciência da Informação e o curso de Gestão da Informação, levando conhecimento a todas as pessoas não é uma tarefa fácil, mas estamos aí pro que der e vier.

A Pró-Reitora Maria da Conceição Reis, pela ajuda sobre a PROEXT e sua importância na UFPE.

Aos demais com quem tive a oportunidade de compartilhar vivências, saberes e valores, muito obrigado por tudo. A todos, muito obrigado!

“A vida presta.”

Fernanda Torres

RESUMO

As diretrizes curriculares das universidades se baseiam nos seguintes eixos: ensino, pesquisa e extensão. Para que a universidade funcione, ela precisa realizar atividades que atendam esses eixos. Chamamos essas atividades de projetos institucionais, que podem variar desde a abertura de um curso de graduação (ensino), a abertura de um laboratório (pesquisa), até um curso de férias (extensão). Os projetos institucionais de extensão são uma forma da universidade se aproximar da sociedade, pois gera interação dentro da própria universidade, entre discentes, docentes e servidores, e fora dela, através de atividades voltadas ao público geral. Na Universidade Federal de Pernambuco, o UFPE no Meu Quintal é um projeto de extensão de grande porte, que atua dentro do estado de Pernambuco e fora dele. Neste trabalho, foi analisado como a Gestão da Informação pode contribuir com o UFPE no Meu Quintal no gerenciamento das informações de projetos. Com ajuda da Organização da Informação e suas ferramentas, Taxonomia e Controle Terminológico, somadas aos conceitos de Tomada de Decisão e sua vertente baseada em dados, foram analisadas, diagnosticadas, propostas e aplicadas ações para melhorar os processos de gerenciamento. Através de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, este estudo de caso coletou informações a partir de entrevistas e levantamentos bibliográficos. Os resultados obtidos contribuem para a organização atual do projeto e suas atividades, além de nortear as ações futuras.

Palavras-chave: organização da informação; projetos institucionais de extensão; UFPE no Meu Quintal.

ABSTRACT

The curricular guidelines for universities are based on the following axes: teaching, research and extension. For a university to function, it needs to carry out activities that meet these axes. We call these activities institutional projects, which can vary from the opening of an undergraduate course (teaching), the opening of a laboratory (research), to a vacation course (extension). Institutional extension projects are a way for the university to get closer to society, as they generate interaction within the university itself, between students, teachers and staff, and outside it, through activities aimed at the general public. At the Federal University of Pernambuco, UFPE no Meu Quintal is a large-scale extension project that operates both within and outside the state of Pernambuco. This study analyzed how Information Management can help UFPE no Meu Quintal manage its project information. With the help of Information Organization and its tools, Taxonomy and Terminology Control, in addition with the concepts of Decision Making and its data-based aspect, actions to improve management processes were analyzed, diagnosed, proposed and applied. Through qualitative research with an exploratory nature, this case study gathered information from interviews and bibliographic surveys. The results obtained contribute to the current organization of the project and its activities, as well as guiding future actions.

Keywords: information organization; institutional extension projects; UFPE no Meu Quintal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organograma da UFPE.....	20
Figura 2 – Áreas Temáticas para Extensão Universitária.....	25
Figura 3 – Operação de Inverno em Ibimirim (2023).....	31
Figura 4 – Etapas da Tomada de decisão.....	39
Figura 5 – Informação e Tomada de decisão.....	43
Figura 6 – Organização taxonômica das operações grandes.....	51
Figura 7 – Organização taxonômica das operações temáticas.....	51
Figura 8 – Base de Dados do UNMQ (coleta dos endereços – Operação Flores)....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modalidades da Extensão Universitária.....	24
Quadro 2 – Dado, Informação e Conhecimento.....	33
Quadro 3 – Estilos do Decisor.....	40
Quadro 4 – Tipos de Tomada de decisão.....	41
Quadro 5 – Buscas no <i>Google</i> e <i>Google Scholar</i>	46
Quadro 6 – Diagnóstico situacional.....	49
Quadro 7 – Organização da Base de Dados.....	55

LISTA DE ABREVIações

CAA	Centro Acadêmico do Agreste
CAC	Centro de Artes e Comunicação
CAV	Centro Acadêmico de Vitória
CECINE	1. Centro de Ensino de Ciências do Nordeste 2. Coordenadoria do Ensino de Ciências do Nordeste 3. Coordenação de Educação em Ciências, Tecnologia e Inovação Extensionista
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CES	Câmara de Educação Superior
CF	Constituição Federal
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRADE	Coordenação de Registro e Acompanhamento de Dados de Extensão
DEx	Diretoria de Extensão
DIS	Diretoria de Interação Social
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão
MEC	Ministério da Educação
NPI	Núcleo da Pessoa Idosa
OI	Organização da Informação
PEI	Plano Estratégico Institucional
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNMQ	UFPE no Meu Quintal
UR	Universidade do Recife

ANSI/NISO	<i>American National Standards Institute / National Information Standards Organization</i>
BCSC	<i>Biological Sciences Curriculum Study</i>
CBA	<i>Chemical Bond Approach</i>
CECI	Centro de Ensino de Ciências
CECIBA	Centro de Ensino de Ciências da Bahia
CECIERJ	Centro de Ensino de Ciências do Estado do Rio de Janeiro
CECIGUA	Centro de Ensino de Ciências da Guanabara
CECIMIG	Centro de Ensino de Ciências de Minas Gerais
CECIRS	Centro de Ensino de Ciências do Rio Grande do Sul
CECISP	Centro de Ensino de Ciências de São Paulo
CEDERJ	Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
GI	Gestão da Informação
GRI	Gestão de Recursos Informacionais
IBECC	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PSSC	<i>Physical Science Study Committee</i>
SMSG	<i>Science Mathematics Study Group</i>
SNTC	Semana Nacional de Tecnologia e Ciência
SSA	Sistema Seriado de Avaliação
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TdD	Tomada de Decisão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 Extensão Universitária.....	16
2.2 Universidade Federal de Pernambuco.....	18
2.3 Pró-Reitoria de Extensão.....	21
2.4 Coordenação de Educação em Ciências, Tecnologia e Inovação Extensionista.....	25
2.5 Projeto UFPE no Meu Quintal.....	29
2.6 Gestão da Informação.....	32
2.7 Organização da Informação.....	35
2.7.1 Controle Terminológico.....	36
2.7.2 Taxonomia.....	37
2.8 Tomada de Decisão.....	38
2.8.1 Tomada de Decisão baseada em dados.....	42
3 METODOLOGIA	45
4 RESULTADOS.....	48
4.1 Análise situacional.....	48
4.2 Diagnóstico.....	49
4.3 Ações aplicadas.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista 1	67
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista 2	68

1 INTRODUÇÃO

Faz parte das diretrizes curriculares das universidades a realização de atividades voltadas ao ensino, pesquisa e extensão. Quanto mais atividades são realizadas envolvendo essas diretrizes, melhor é a avaliação da qualidade da instituição. Nesse contexto, cabe à universidade desenvolver meios de atender as demandas desses três eixos, da forma mais equilibrada possível, pois segundo a Constituição Federal (Brasil, 1988, art. 2007) “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade [equilíbrio] entre ensino, pesquisa e extensão.”

Para tal, as universidades produzem projetos institucionais, que derivam do Projeto Pedagógico Institucional¹, que nada mais é do que um documento norteador onde são definidas as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Esses projetos podem variar desde uma proposta de curso à distância (ensino), a construção de um laboratório (pesquisa), até atividades integrativas que conectam a comunidade acadêmica à sociedade (extensão). O projeto UFPE no Meu Quintal é um exemplo de projeto voltado para extensão desenvolvido na Universidade Federal de Pernambuco.

Como os projetos de extensão precisam ter um escopo que vá além dos muros da universidade, é preciso ter uma organização de informações bem estruturada, de forma a atender as demandas atuais e futuras. E como gerir essas informações? É possível controlar o fluxo das informações que são produzidas ao longo do projeto? E quanto a garantia de que toda informação gerada é/será útil ao projeto? Há tantos questionamentos que podem ser feitos, entretanto a maioria deles tem a possibilidade de ser solucionados através da aplicação da gestão da informação, com seus diversificados métodos e metodologias.

E como isso se aplica a este trabalho? Ao abordar o projeto UFPE no Meu Quintal, foi identificado que nas informações pré-existentes referentes às diferentes

¹ O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um instrumento de gestão acadêmica que estabelece diretrizes para a política pedagógica da universidade. Está legalmente fundamentado na Constituição Federal de 1988, artigos 205, 208 e 225, §1º, inciso VI, na Lei 9.394/96 de 20/12/1996 que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no Decreto nº 9.235 de 15/12/2017, que destaca que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Instituições de Ensino Superior (IES) deve conter o projeto pedagógico, que abrangerá entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão (art. 21, inc. II).

edições que foram realizadas, havia muita discrepância entre os materiais coletados, indo de pouca a nenhuma padronização nos levantamentos. Consequentemente, não estava sendo possível produzir relatórios de acompanhamento eficazes, relatórios esses que atendem a dois propósitos principais: fornecer *insights* para o planejamento de edições futuras e contabilizar à direção do projeto o nível de adesão por parte dos estudantes. Isso ajuda a coordenação responsável a continuar captando subsídios para permanência e manutenção do projeto. Por causa disso, a coordenação do projeto procurou por meios de resolver esse problema, encontrando na Gestão (organização) da Informação a solução ideal para sua demanda.

Assim sendo, se define o problema de pesquisa: como a Gestão da Informação pode contribuir para melhorar o gerenciamento e a organização dos ativos do projeto UFPE no Meu Quintal?

Na perspectiva pessoal, trabalhar esse problema foi uma forma de pôr em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, tanto na construção deste trabalho quanto na atual solução do problema: usar conceitos de gestão da informação num contexto organizacional. Como bolsista na área de GI, desenvolvi minhas atividades internamente no projeto. Certo dia, fui convidado para participar das atividades externas, onde conheci na prática o real significado da extensão universitária. Esse momento foi um divisor de águas, pois percebi a importância da prática extensionista e como essa vivência contribui na formação socio-acadêmica dos estudantes.

Para a área da Gestão da Informação, organizar informação é uma atividade importantíssima, podendo ser considerada como a base do processo informacional, afinal se a informação está bem organizada e estruturada, fica mais fácil definir formas de uso da mesma, realizar quaisquer análises que sejam necessárias, que por sua vez contribuirão na tomada de decisões de forma mais eficaz.

Já para a sociedade, em especial a sociedade acadêmica, a melhoria informacional proveniente das ações realizadas em prol do projeto contribui para que o mesmo consiga gerar e transformar informação a fim de obter *insights* de qualidade que contribuem para as atividades diárias e nos planejamentos futuros. Além disso, pode trazer uma maior visibilidade do UPFE no Meu Quintal dentro dos muros da universidade, aumentando a adesão por parte dos diversos cursos de graduação e pós-graduação que compõem a UFPE.

Portanto, o objetivo deste trabalho é contribuir para o projeto UFPE no Meu Quintal aplicando ações baseadas em práticas de organização da informação, visando a melhoria do gerenciamento informacional nos processos do projeto. E o que será feito? De forma específica:

- Realizar uma análise situacional dos processos do projeto, buscando a compreensão da forma como é conduzida a organização das informações;
- Preparar um diagnóstico sobre quais ações devem ser tomadas assim que a situação tenha sido devidamente analisada;
- Propor ações de melhoria baseadas nos conceitos de organização da informação;
- Aplicar as ações de forma mais breve possível, visto que o projeto está em constante atividade, atuando em diversas frentes de trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção procederemos com a revisão de literatura, apresentando subsídios que permitam ao leitor compreender os principais assuntos abordados ao longo deste trabalho: UFPE, PROEXT, CECINE, UFPE no Meu Quintal, Gestão da Informação, Organização da Informação, Controle Terminológico, Taxonomia, Tomada de Decisão, Tomada de Decisão baseada em dados.

2.1 Extensão Universitária

A extensão é uma das três diretrizes curriculares que formam as universidades, junto a pesquisa e ensino. Apesar de ter sido a última a surgir, sua prática é de suma importância, uma vez que a CF/88 art. 207 determina que as universidades desenvolvam de forma equilibrada atividades que contemplem tais diretrizes.

O surgimento das atividades voltadas à extensão data da segunda metade do século XIX, na Inglaterra, atrelado a ideia de ‘Educação Continuada’ (*Lifelong Education*). Para Nogueira (2005), essa ideia era destinar a extensão não apenas a população menos favorecida, mas a população adulta em geral que não tinha acesso à universidade. As atividades eram realizadas para atender a necessidades específicas dos estudantes, de acordo com seu modo de vida. A princípio, eram voltadas para aplicação direta na indústria e comércio. Da Inglaterra a extensão se espalhou pela Europa, atravessou o oceano e chegou nas Américas.

No Brasil, os primeiros registros sobre extensão são da década de 1910. Nogueira (2005) afirma que a prática brasileira surgiu dos moldes europeus e estadunidenses: “educação continuada e educação voltada para as classes populares; extensão voltada para a prestação de serviço na área rural”. Formalmente, a extensão universitária ‘surgiu’ em 1931, com o Decreto nº19.851, também conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras. Entretanto, foi na década de 1960 que a extensão se tornou indissociável a pesquisa e ensino nas universidades. Sua prática se tornou obrigatória com a Lei nº 5.540 de 1968 (Reforma Universitária), nas universidades e instituições de ensino superior.

Em 1987, foi realizado o I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, que promoveu discussões sobre

o conceito, políticas e diretrizes para a extensão universitária, sua curricularização. Nesse evento ficou definido que:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. [...] é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Com essa definição, ficou entendido que a extensão universitária também é um instrumento pedagógico que permite aos discentes e docentes aprender. Ao invés das atividades serem entre professor e aluno, elas passam a ser entre aluno e comunidade, tendo o professor como figura de suporte. Nesse contexto, Coelho (2014) conclui que:

A participação em atividades extensionistas permite aos estudantes, por um lado, aumentar seu engajamento social e desenvolver cidadania e, por outro, qualificar-se profissionalmente, tendo, na interação com a sociedade, fonte de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, sentindo-se, dessa forma, mais seguros para o exercício profissional após a diplomação.

Mesmo dentro do universo dos temas específicos, a experiência extensionista proporciona oportunidade ímpar de contato com a ação profissional, além de ampliar ou reforçar a aprendizagem de habilidades que o estudo disciplinar ou mesmo os estágios não contemplam de forma suficiente, na medida em que promove conhecimentos e temas *sui generis*, em diferentes áreas (DE CONTO, 2013; DIOGO, 2004).

A extensão universitária é, nos dias de hoje, uma prática que promove transformação social, tanto para a comunidade acadêmica (alunos, professores e servidores) quanto pra sociedade, contribuindo constantemente para disseminar conhecimento e saberes.

2.2 Universidade Federal de Pernambuco

A Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, é uma das 69 instituições de ensino superior federais existentes no Brasil. Fundada em 11 de agosto de 1946, sob o nome de Universidade do Recife – UR, ela surgia da junção das seguintes universidades: Faculdade de Direito do Recife; Escola de Engenharia de Pernambuco; Escola de Farmácia; Escola de Odontologia; Faculdade de Medicina do Recife; Escola de Belas Artes de Pernambuco; Faculdade de Filosofia do Recife. A agregação dessas instituições dentro da Universidade do Recife deu origem aos departamentos da UFPE que hoje conhecemos, como exemplo, o Centro de Artes e Comunicação – CAC, foi criado a partir da junção da Escola de Belas Artes, da Faculdade de Arquitetura, Departamento de Letras e o Curso de Biblioteconomia.

Em 1948, o campus do Recife começou a ser construído, num terreno no bairro da Várzea onde operava o Engenho do Meio, e foi batizado de Campus Joaquim Amazonas, em homenagem ao primeiro gestor da universidade, o professor Joaquim Amazonas. Entre os anos de 1965 e 1967, a Universidade do Recife foi integrada às demais instituições federais do país, passando então a ser chamada de Universidade Federal de Pernambuco, agora vinculada ao Ministério da Educação - MEC. Em 2006, a UFPE passou por um processo de interiorização, se expandindo em direção ao interior do estado. Como resultado desse processo, foram criados 2 novos campi, o Centro Acadêmico da Vitória – CAV, localizado no município de Vitória de Santo Antão e o Centro Acadêmico do Agreste – CAA, no município de Caruaru.

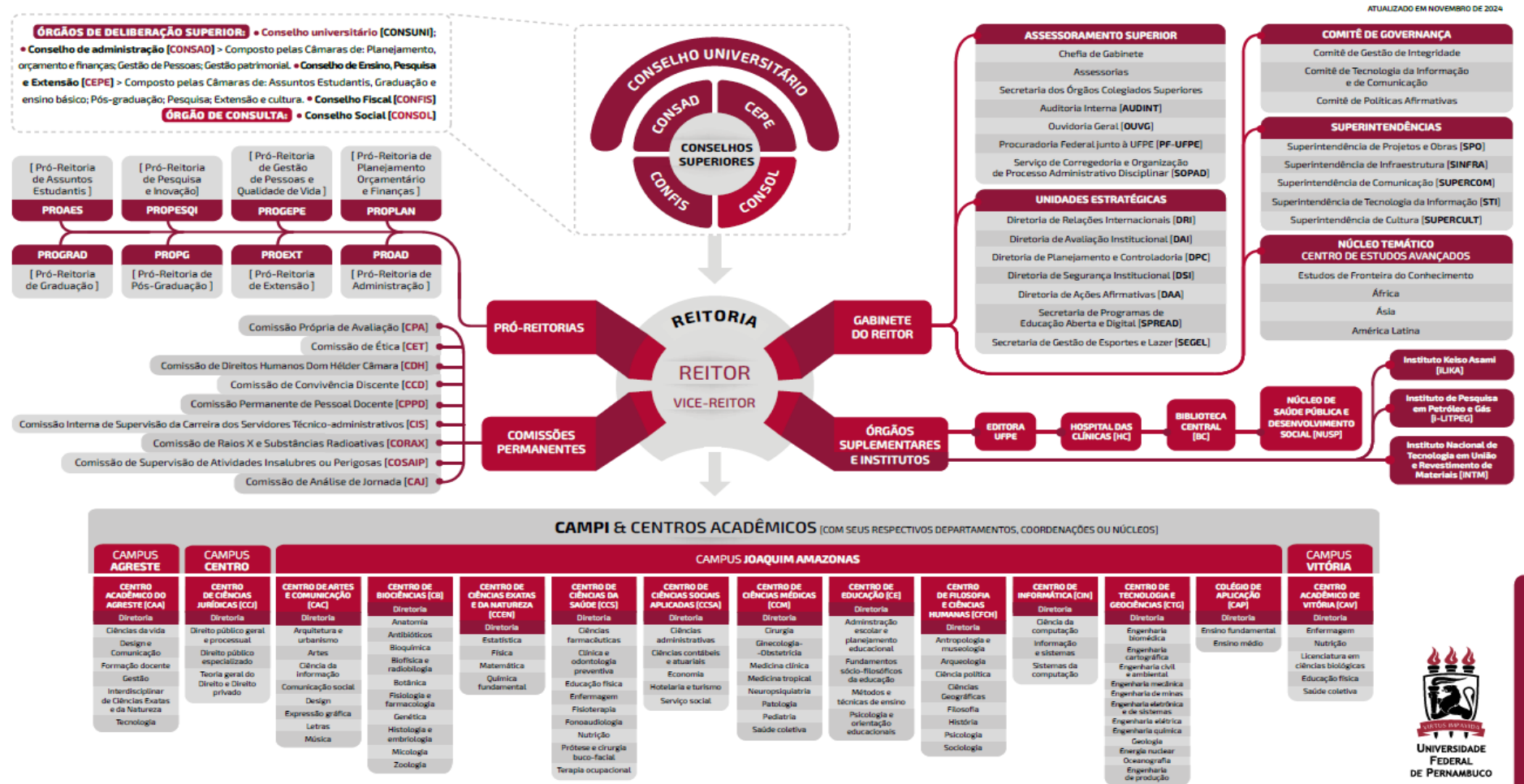
A Universidade Federal de Pernambuco está entre as melhores universidades do país em ensino (graduação e pós-graduação) e pesquisa. Atualmente é possível encontrá-la ocupando a posição de 13^a melhor do país, segundo a *QS World University Rankings*² para o ano de 2025, assim como o 1º lugar tanto como melhor universidade do estado quanto da região nordeste. A UFPE conta com 111 cursos de graduação e 189 cursos de pós-graduação (56 do tipo *lato sensu* e 133 do tipo *stricto sensu*) distribuídos entre seus 3 campi (mais o campus Centro que detém p

² *QS World University Rankings* são classificações universitárias anuais publicadas pela Quacquarelli Symonds (QS), do Reino Unido. É uma das três classificações internacionais de universidades mais influentes e amplamente observadas.

Centro de Ciências Jurídicas – CCJ). Além disso, a universidade se destaca pelo desempenho em avaliações nacionais como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, que define a nota que os cursos de graduação recebem pelo MEC, e produções científicas, avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

A estrutura da universidade compreende Pró-Reitorias, Centros Acadêmicos, Órgãos Suplementares e Institutos. A figura a seguir apresenta a distribuição dessas entidades:

Figura 1 – Organograma da UFPE



Fonte: <https://www.ufpe.br/institucional/organograma> (acesso em 11/02/2025)

Além das estruturas físicas citadas, há ainda o Centro de Convenções, Concha Acústica, Clube Universitário, Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI (creche), Casas dos Estudantes Masculina, Feminina e Mista e o Restaurante Universitário. Também é possível identificar no organograma como parte da UFPE as Comissões Permanentes, os Órgãos de Deliberação Superior e o Gabinete do Reitor. Todas essas unidades vinculadas a Reitoria compõem a Universidade Federal de Pernambuco.

Segundo o Plano Estratégico Institucional – PEI 2013-2027 (2013, p.25), a UFPE tem como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e visão “ser uma universidade de classe mundial comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Seus valores são: cidadania, cooperação, criatividade, dignidade, diversidade, equidade, ética, integridade e sustentabilidade.

Em seus 79 anos de existência, a UFPE vem transformando a vida de dezenas de milhares de pessoas, de estudantes a professores e servidores.

2.3 Pró-Reitoria de Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT é a unidade da universidade responsável pela articulação, acompanhamento e registro de atividades de extensão e cultura realizadas pelos estudantes com o objetivo de se conectar com a sociedade, através do diálogo, da integração e transformação.

A PROEXT se divide em duas diretorias:

- Diretoria de Extensão – DEx
- Diretoria de Interação Social – DIS

A DEx é responsável por implementar as políticas e diretrizes da extensão universitária, promovendo a integração entre a universidade e a sociedade, além de incentivar a interiorização e o desenvolvimento de tecnologias sociais e ambientais.

As seguintes coordenações fazem parte da DEx: a Coordenação Pedagógica de Extensão e a Coordenação de Registro e Acompanhamento dos Dados da Extensão – CRADE. A Coordenação Pedagógica de Extensão é responsável por apoiar a inserção da extensão nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPE e prestar apoio pedagógico para essas atividades. Ela também promove cursos de formação sobre a extensão universitária e suas práticas, e acompanha/avalia extensionistas buscando melhorar essas práticas e formações. A CRADE gerencia a parte de registros e certificados referentes a extensão no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA. Além disso, ela é responsável pela articulação entre setores e entidades de extensão, análise e monitoramento de indicadores relacionados à extensão na UFPE e prospecção de novos temas e parcerias para as ações de extensão na universidade. Ademais, ambas as coordenações prestam outras atividades.

A DIS é responsável por fomentar a interação dialógica entre a UFPE e diversos setores da sociedade, articulando demandas e possibilidades de fomento a ações extensionistas. Também apoia convênios interinstitucionais e incentiva projetos de inovação extensionista. Fazem parte da DIS: a Coordenação de Educação em Ciências, Tecnologia e Inovação Extensionista – CECINE e a Coordenação do Núcleo da Pessoa Idosa – NPI. A CECINE é objeto de estudo deste trabalho e será explorado mais adiante. A Coordenação do NPI presta auxílio a órgãos públicos/privados na criação de políticas voltadas a essa parcela da população, desenvolve e promove ações para educação continuada e melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, contribui para a formação de profissionais para atuar no cuidado destas e apoia iniciativas de pesquisa, ensino, extensão e inovação que sejam direcionadas a essa faixa etária.

Além das diretorias, A Pró-Reitoria conta com equipes setoriais alocadas em Coordenações Setoriais de Extensão, localizadas em cada centro acadêmico da UFPE, a fim de prestar melhor apoio à comunidade acadêmica. Essas coordenações são como filiais da PROEXT dentro de cada centro e tem sua autonomia para realizar atividades internas, a fim de disseminar de forma mais direta as (inform)ações de extensão e sua importância para a formação do estudante durante

sua vida acadêmica (com foco no centro), junto a prestação de assistência aos discentes com orientações sobre construção e submissão de projetos, por exemplo. A PROEXT realiza reuniões mensais com os representantes dessas coordenações para discutir a extensão e seus vieses, buscar soluções de problemas, avaliar ideias de propostas/projetos, etc. O resultado dessas discussões contribui para planejamentos futuros tanto da PROEXT quanto das coordenações setoriais.

A PROEXT tem como missão promover a transformação da relação entre universidade e sociedade através da produção, socialização, memória e difusão de conhecimentos. Seus objetivos são os seguintes:

- Apoiar projetos de desenvolvimento humano, social, cultural, científico, ambiental e tecnológico;
- Estabelecer parcerias para ampliar o alcance de nossas ações;
- Incentivar a formação acadêmica, profissional e cidadã dos estudantes comprometidos com a transformação da sociedade;
- Promover e apoiar ações que favoreçam a integração entre a universidade e a comunidade;
- Sistematizar e divulgar a oferta de programas e projetos de extensão com perfil Ação Curricular de Extensão (Acex).

As atividades de extensão são regulamentadas com base na Resolução 16/2019³ do CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e cabe a Câmara de Extensão (instância deliberativa superior) a responsabilidade de estabelecer diretrizes, estratégias e políticas para extensão. Ademais, a UFPE também regulamenta suas atividades extensionistas com base na Resolução 07/2018⁴ do MEC, CNE e CES para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Segundo ambas as resoluções, as atividades extensionistas se dividem em cinco

³ https://www.ufpe.br/documents/38978/2050074/Resolucao+16_2018+-+Nova+Resolucao+da+Extensao.pdf/

⁴ https://www.ufpe.br/documents/38978/2050074/resolucao7_2018.pdf/

modalidades: programas, projetos, cursos/oficinas, eventos e prestação de serviços. O quadro a seguir apresenta as modalidades e suas definições.

Quadro 1 – Modalidades para extensão universitária

Programas	Conjunto de projetos multidisciplinares com objetivos de médio e longo prazo, integrados ao ensino e pesquisa.
Projetos	Conjunto de ações processuais e contínuas de caráter educativo, artístico, social, científico ou tecnológico, com objetivo e prazo definido.
Cursos / Oficinas	Conjuntos articulados de ações pedagógicas teóricas e/ou práticas, presenciais ou à distância, planejados e organizados de maneira sistemática, com corpo docente, carga horária e processo de avaliação definidos. Os cursos de extensão são módulos didáticos para a capacitação, aperfeiçoamento ou atualização abertos à comunidade e são oferecidos pelos Centros Acadêmicos e órgãos suplementares da UFPE. As atividades com carga horária abaixo de 20h são enquadradas como Eventos.
Eventos	Ações acadêmicas com interesse educativo, tecnológico, social, científico, artístico-cultural ou esportivo, que objetivem o desenvolvimento, a ampliação e a divulgação de conhecimentos produzidos ou reconhecidos pela UFPE. São realizados pela comunidade acadêmica e registrados na Pró-Reitoria de Extensão.
Serviços	Atividades acadêmicas permanentes ou eventuais, envolvendo estudantes orientados por docentes ou técnicos, em tarefas profissionais fundamentadas em técnicas e habilidades das áreas específicas de conhecimento da Universidade. Incluem ações de interesse institucional, desde consultorias e assessorias, assistência à saúde humana e animal, até laudos técnicos, assistência jurídica e atendimento ao público em espaços de cultura, desportos, ciência e tecnologia, como museus, espaços culturais e desportivos, espaços de ciência e tecnologia e cineclubes. OBS: Os serviços, quando remunerados, deverão atender a Resolução 05/2005 , do Conselho Universitário.

Fonte: <https://www.ufpe.br/proext/sobre> (acesso em 11/02/2025, adaptado pelo Autor)

A PROEXT apoia ações que são realizadas pelos discentes, docentes e servidores da universidade, buscando melhorar a qualidade de vida da população e o desenvolvimento acadêmico da UFPE. Tais ações se enquadram em áreas apresentadas na figura a seguir, e todos os Programas e Projetos precisam atender a uma ou mais dessas áreas temáticas.

Figura 2 – Áreas Temáticas para Extensão Universitária



Fonte: <https://www.ufpe.br/proext/projetos> (acesso em 11/02/2025, adaptado pelo Autor)

Essas áreas temáticas são determinadas durante discussões realizadas no FORPROEX, onde são discutidas questões da extensão universitária.

2.4 Coordenação de Educação em Ciências, Tecnologia e Inovação Extensionista

A Coordenação de Educação em Ciências, Tecnologia e Inovação Extensionista – CECINE é uma das unidades da PROEXT, vinculada à Diretoria de Interação Social. Foi criada em meados da década de 1960, com o objetivo de melhorar a qualificação de professores da educação básica, em especial da rede pública, além de colaborar na difusão e popularização da ciência, tecnologia e inovação, aproximando os estudantes do ensino básico à universidade.

A CECINE fez parte de uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO junto ao governo federal para desenvolver programas especiais para formação de professores. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura – IBCEC⁵ (criado pela UNESCO), em articulações com o governo federal, secretarias estaduais de educação e agências

⁵ <https://web.archive.org/web/20090114154317/http://www.ibeccunesco-sp.org.br/>

internacionais (como as Fundações Ford e Rockefeller) planejava formas de contribuir com a disseminação da ciência experimental, através de projetos de educação, divulgação científica e cultural. Foi então que surgiram os Centros de Ensino de Ciências – CECI's por todo o país. Eles surgiram com a finalidade de traduzir e adaptar para o Brasil os projetos curriculares de ciências criados nos Estados Unidos e Inglaterra. Os principais projetos trazidos foram:

- *PSSC – Physical Science Study Committee*: ensino de física;
- *BSCS – Biological Sciences Curriculum Study*: ensino de ciências naturais;
- *CBA – Chemical Bond Approach*: ensino de química;
- *SMSG – Science Mathematics Study Group*: ensino de matemática.

Tais projetos foram desenvolvidos e trabalhados no contexto da Guerra Fria, porém os professores brasileiros traduziram e adaptaram livremente ao contexto local. Graças a esses projetos, o ensino de ciências passou a ser interrogativo ao invés de decorativo, permitindo aos estudantes a criatividade na exploração empírica das ciências.

Os CECI's nasceram para modernizar o ensino de ciências. Um dos diferenciais era sua metodologia experimental, que atrelada ao uso de laboratórios, permitiu aos docentes da rede básica uma nova visão sobre o ensino das ciências. Os professores formados nestes espaços contribuíram para formar a cultura científica do país, promovendo curiosidade e experimentação. Ao todo foram implementados seis CECI's no Brasil:

- Centro de Ensino de Ciências do Nordeste – CECINE;
- Centro de Ensino de Ciências de São Paulo – CECISP;
- Centro de Ensino de Ciências de Minas Gerais – CECIMIG;
- Centro de Ensino de Ciências da Bahia – CECIBA;

- Centro de Ensino de Ciências da Guanabara – CECIGUA⁶;
- Centro de Ensino de Ciências do Rio Grande do Sul – CECIRS.

O CECINE (enquanto Centro) foi o primeiro CECI a existir, sua inauguração data de 1962. Surgiu a partir de um convênio entre a UFPE (na época ainda UR), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a Fundação Ford. O diretor do ensino secundário do MEC, Gildásio Amado, começou as discussões sobre a criação dos centros. O professor Marcionilo de Barros Lins foi o idealizador da criação do CECINE (e conseqüentemente o primeiro gestor), que surgia como um centro de formação de professores. Foi o único CECI a possuir sede própria. Teve ampla abrangência, contando com a participação de professores da região norte. No final de 1964, professores recém-formados foram fazer uma capacitação no IBECC e ao voltar fundaram o CECINE. Em fevereiro de 1965, iniciavam-se os trabalhos para formação de professores, e até 1981 o mesmo já havia formado cerca de 2 mil professores. Além da formação docente, o CECINE (e os demais CECI's) também produzia material didático (*kits* para experimentos), produções científicas (até 1973 já contava com mais de 5 mil publicações) e oferecia cursos (que continuam até os dias atuais).

Na época da ditadura, o governo federal (via MEC) se afastou dos CECI's e programas de formação de professores. Houve o desmonte⁷ em alguns centros e outros se mantiveram. Em Pernambuco, o CECINE perdeu espaço e deixou de ser um centro, passando a ser uma coordenadoria, a Coordenadoria do Ensino de Ciências do Nordeste. Na década de 1980, com o apoio de professores aposentados, a CECINE voltou a cena com escolinhas de iniciação científica oferecidas a alunos da rede pública durante as férias. Com isso, o foco da CECINE passou da formação de professores à “formação” de estudantes no ramo da ciência. Nos anos 2000, a CECINE foi vinculada a PROEXT, que permitiu a ela continuar

⁶ Em 1980, houve a incorporação do Centro a FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro), passando a ser CECI/FAPERJ. Em 1987, o Centro passou a ser vinculado à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, tornando-se CECIERJ. Nos anos 2000, houve a fusão entre a CECIERJ e o projeto do Consórcio CEDERJ, dando origem a Fundação CECIERJ.

⁷ Atualmente, apenas o CECINE, o CECIMIG e o CECIRJ continuam existindo. Os demais foram desmontados.

desenvolvendo suas atividades, agora a partir de editais estaduais e federais, e obter recursos para tocar seus projetos.

Atualmente, a CECINE realiza os seguintes projetos:

- Verão com Ciência na CECINE: oficinas e minicursos gratuitos abertos ao público, em diversas áreas do conhecimento. As atividades ocorrem durante o mês de fevereiro de cada ano;
- Oficinas Científicas: voltado para estudantes da Educação Básica (do 6º ao 9ºano do Ensino Fundamental e Ensino Médio), de escolas públicas e privadas do Recife e Região Metropolitana. Tem como objetivo desenvolver educação científica e tecnológica através da difusão e reflexão acerca de conhecimentos científicos e tecnológicos diversos;
- Refletindo Sobre Ciências na Prática Educativa: tem como objetivo promover encontros mensais para discutir o ensino nas diversas áreas do conhecimento, em uma perspectiva de formação continuada reflexiva. É voltado, portanto, para professores da educação básica e licenciandos;
- Extensão em Informática na CECINE: tem como objetivo possibilitar o acesso a novas tecnologias de comunicação e informação. Consiste na promoção de cursos de informática para a comunidade em geral, em fluxo contínuo, conforme demandas que se apresentam;
- Semana da Criança com Ciência na CECINE: evento direcionado em comemoração ao Dia das Crianças, promovendo uma série de atividades com foco na divulgação científica e proporcionando uma experiência educativa e interativa para os estudantes;
- Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) – Polo CECINE/UFPE: a CECINE tem atuado como um dos polos da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), promovendo diversas atividades em oficinas e exposições de forma presencial voltadas para estudantes da educação básica e para o público em geral, juntamente a outros centros e departamentos da UFPE;

- CECINE pelas Cidades: O programa é composto por propostas de intervenções extensionistas através de projetos parceiros da CECINE, tendo a escola pública como território de atuação central, construindo e ampliando o diálogo sociedade/universidade e contribuindo para o fortalecimento da formação dos estudantes dos mais diversos cursos através das ações dos projetos associados. O objetivo é levar para as cidades mais próximas de Recife, projetos de extensão de vários setores da universidade, auxiliando na contribuição da popularização e democratização das ciências e das tecnologias;
- BioEnem: curso preparatório e gratuito para o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e Sistema Seriado de Avaliação (SSA) com foco em Biologia, tendo como objetivo dar suporte necessário para os alunos e vestibulandos.

A CECINE exerce na UFPE o papel de articulador entre os diversos setores da instituição. Esta condição lhe permite atuar como órgão de interação entre a universidade e os outros setores da sociedade. Sua missão é promover a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, por meio da produção, socialização, memória e difusão de conhecimentos. Nesse contexto, suas ações refletem o compromisso social da universidade, e as atividades de extensão e cultura promovidas (UNMQ e demais projetos) conectam a universidade com a sociedade, fortalecendo essa relação por meio do diálogo, transformação e integração.

2.5 Projeto UFPE no Meu Quintal

O Projeto UFPE no Meu Quintal – UNMQ é um dos principais projetos de extensão da Universidade Federal de Pernambuco. Criado em 2017, ele tem como objetivo levar a universidade até as populações sertanejas do estado de Pernambuco, podendo também ter atuações fora dele. Através de excursões chamadas de operações, o projeto leva estudantes de vários cursos, que se organizam em projetos que promovem ações transformadoras para as comunidades visitadas. Tais projetos precisam estar alinhados com os seguintes eixos temáticos:

cultura, educação, justiça e cidadania, meio ambiente, saúde e tecnologias sociais e desenvolvimento humano. Esses eixos são baseados nas áreas temáticas para extensão universitária (conforme Figura 2).

Para participar das operações, os estudantes devem se inscrever de acordo com os editais de cada operação (eixos diferentes são contemplados por operação, que podem incluir um eixo apenas, ou mais eixos, até a quantidade total destes). Eles devem submeter projetos que são avaliados por uma comissão organizadora, formada pela coordenação do UNMQ. Nesse processo avaliativo, os projetos são analisados a fim de identificar o nível de conformidade com os eixos temáticos aos quais foram atribuídos. Se o projeto está de acordo com o eixo, ele é selecionado para participar. Durante a operação, o discente tem a oportunidade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo de sua graduação, seja através de uma dinâmica sobre ginástica laboral (saúde), uma palestra sobre reciclagem (meio ambiente), ou uma aula sobre mineração no estado de Pernambuco (educação).

Todos os cursos da universidade estão habilitados a participar do UFPE no Meu Quintal. A participação dos estudantes é confirmada se a proposta de trabalho submetida se enquadrar nos eixos temáticos apresentados no edital da operação. Alguns cursos tem uma taxa de participação mais expressiva do que outros (cursos de saúde são mais presentes do que cursos de tecnologia, por exemplo), mas como foi dito, todos podem participar. As operações acontecem nos períodos de férias entre os semestres letivos, para não atrapalhar o calendário acadêmico.

Desde o ano de sua criação até o momento, o UFPE no Meu Quintal conta com mais de 11 grandes operações executadas, além de muitas operações menores, tendo visitado os municípios de Tabira, Iguaracy, Solidão, Tuparetama, Dormentes, Betânia, Flores, Sertânia, Ibimirim (imagens a seguir), Belém do São Francisco, Petrolândia e muitos outros, levando saberes e cultura para a população do estado de Pernambuco. O projeto ainda conta com operações internacionais, na África e Haiti.

Figura 3 – Operação de Inverno em Ibimirim (2023)



Fonte: Elaborado pelo Autor

2.6 Gestão da Informação

O que é Gestão da Informação? Antes de responder a essa pergunta, precisamos revisar alguns conceitos-base, são eles: dado, informação e conhecimento.

Dado é a menor unidade informacional que conhecemos. Na área da Computação, segundo a Lenovo (2025), *"Data is information that can be interpreted and used by computers. It is a collection of facts, such as numbers, words, measurements, observations or even just descriptions of things"*. Para a Gestão da Informação, o dado assume conceitos semelhantes, com pouca variação entre os autores. Le Coadic (2004, p.8) afirma que dado é "a representação convencional, codificada, de uma informação em forma que permita submetê-la a processamento eletrônico". Oliveira (2005), define dado como "qualquer elemento identificado em sua forma bruta que, por si só, não conduz a uma compreensão de determinado fato ou situação". Para Davenport (1998), dados são "observações sobre o estado do mundo". Essa unidade informacional, que pode ser imagem ou símbolo, carrega consigo infinitas possibilidades, a serem determinadas pelo usuário durante o processamento, podendo ou não assumir valor, se tornando então informação.

Informação é o dado aplicado a um contexto, que permite a extração de significado. Para Le Coadic (2004, p.4) "a informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte". Compreende-se que a informação surge a partir do momento que um dado é aplicado a um suporte (o contexto), que nos permite interpretar para extrair sentido. Para Druker (1999), informação é o dado organizado e dotado de significado. Para Buckland (1991) informação possui três interpretações: informação como processo (comunicar algo), informação como conhecimento (intangível, incapaz de ser medida) e informação como coisa (tangível, o objeto físico informacional). Segundo esses autores, informação representa o dado com valor agregado que pode ser interpretado e servir de base para construção do conhecimento.

Por fim, conhecimento é a aplicação da informação de acordo com a interpretação (subjetiva) do usuário informacional (contexto). Para Nonaka e

Takeuchi (1997), o conhecimento é formado pela união entre a informação estática e a subjetividade da mente do receptor, que é dinâmica, e dessa relação se dividem no que conhecemos como conhecimento tácito e explícito. Para Wilson (2006, p. 38), conhecimento é:

... aquilo que sabemos. Envolve processos mentais de compreensão, entendimento e aprendizado que passam na mente e apenas na mente, independentemente de interação com o mundo exterior à mente e a interação com outros.

Le Coadic (2004) define conhecimento como:

... o resultado do ato de conhecer, ato pelo qual o espírito aprende um objeto. Conhecer é ser capaz de formar ideia de alguma coisa; é tê-la presente no espírito. Isso pode ser da simples identificação (conhecimento comum) à compreensão exata e completa dos objetos (conhecimento científico). O saber designa um conjunto articulado e organizado de conhecimentos a partir do qual uma ciência – um tema de relações formais e experimentais – poderá se originar.

Conhecimento parte da subjetividade da mente humana, e permeia entre a individualidade e o social. A interpretação da informação pelo usuário é única e inerente a ele, é o seu conhecimento. Entretanto, caso o usuário compartilhe esse conhecimento com outros indivíduos, fica sujeito à interpretação deles, que pode mudar a sua própria percepção, alterando esse conhecimento.

De forma resumida, o quadro a seguir apresenta uma definição desses 3 conceitos:

Quadro 2 – Dado, informação e conhecimento

DADO	INFORMAÇÃO	CONHECIMENTO
Simple observações sobre o estado do mundo.	Dados dotados de relevância e propósito.	Informação valiosa da mente humana, inclui reflexão, síntese, contexto.

Fonte: Davenport (1998) – Adaptado pelo autor

Tendo revisado esses conceitos, podemos prosseguir com a resposta da pergunta inicial do que é Gestão da Informação. Pois bem, a Gestão da Informação - GI é derivada da Documentação, uma ciência que tem origem na passagem do século XIX para o século XX. Surgiu da necessidade de desenvolver novas técnicas

para dar conta da crescente produção de documentos científicos e técnicos. Para Nonato e Aganette (2022), há um debate acadêmico sobre a classificação da GI como uma ciência independente ou uma disciplina aplicada. Alguns estudiosos argumentam que, por possuir objeto de estudo definido, métodos científicos e teorias próprias, a GI pode ser considerada uma ciência. Outros defendem que sua natureza é mais prática, focada na aplicação de conceitos para resolver problemas específicos nas organizações.

Paul Otlet é considerado um pioneiro da GI com o seu trabalho *Traité de documentation* (1934), que lida com problemas de representação e organização da informação. Vannevar Bush veio logo depois, com o *memex*, uma ferramenta que permitia automatizar os processos de guarda, indexação e recuperação da informação. Vale ressaltar que tal ferramenta nunca foi construída, porém a sua proposta deu origem aos sistemas de recuperação da informação que temos nos dias de hoje. Então, com o período pós-guerra (1945-1980) e a explosão informacional que veio logo depois, a disseminação dos computadores e a evolução da tecnologia, o termo gestão da informação ganhou notoriedade e saiu da sombra da documentação. Pois era preciso reforçar as atividades de ordenação, organização e controle da informação, e até então as teorias documentárias não estavam dando conta. Ainda no decorrer do *boom* informacional, a mudança nas dinâmicas sociais levou as organizações a entenderem que informação era o bem mais precioso, e aquele que detém a informação detém o poder.

A GI passou então por novas transformações, e Davenport (1998) a definiu da seguinte forma: é “o gerenciamento de todo o ambiente informacional de uma organização”. Choo (2003) aprimora essa definição para “um conjunto de processos interligados capazes de fazer com que as organizações adaptem-se às mudanças do ambiente interno e externo...” Para Tarapanoff (2006), a gestão da informação se define como a aplicação do ciclo de vida informacional às organizações, [...] gerando inteligência para a tomada de decisão nas organizações e baseando-se fortemente nas tecnologias de informação e comunicação. A Gestão de Recursos Informacionais – GRI⁸ é resultado dessa mudança de abordagem.

⁸GRI é definida como o planejamento, gerenciamento, previsão orçamentária, organização, direcionamento, treinamento e controle associados com informação governamental. O termo abrange tanto a informação

Uma das principais atividades do ciclo de vida informacional, que consequentemente também é um dos conceitos base da Gestão da Informação, é a Organização da Informação.

2.7 Organização da Informação

A Organização da Informação – OI é um campo essencial dentro da Ciência da Informação (e também da GI), focado em como os dados são estruturados, classificados e recuperados. Este conceito envolve a criação de sistemas e métodos que facilitam o acesso eficiente e eficaz à informação. Esse campo tem uma origem conjunta tanto na área de Documentação quanto na Biblioteconomia. A OI e suas atividades são importantes estratégica e fundamentalmente para sistemas de informação, visto que uma informação bem organizada (estruturada e classificada) influencia diretamente na qualidade da informação recuperada, de acordo com a demanda do usuário do sistema. Desenvolvida inicialmente para o contexto de bibliotecas, a organização da informação se mostrou interdisciplinar e aplicável a diferentes contextos informacionais (além da academia). Graças a isso, a organização da informação também contribui nos processos de tomada de decisão das organizações, produção e disseminação de conhecimento corporativo. Para Smit (2009, p.62):

[...] a organização da informação não constitui somente uma imperiosa necessidade para que o acesso a mesma possa ser ativado, mas é condição *sine qua non* para o sistema de informação “faça sentido”, ou seja, que o mesmo cumpra seu papel social. Informação acumulada, sem organização, não é nada mais do que um conjunto de informações que “nada dizem”. Em função da discussão acima venho considerando que a organização da informação constitui o “núcleo duro” da área, aquilo que a diferencia em relação às outras áreas que trabalham com a informação, concorrendo substancialmente para a constituição da identidade da Ciência da informação.

Para Sales e Café (2010), a OI se faz presente na Ciência da Informação sob 2 aspectos: um investigativo, fornecedor de pressupostos teóricos e metodológicos para o tratamento da informação, e outro operacional, pertencente ao fazer profissional que se relaciona com o tratamento da informação pelas organizações.

propriamente dita, quanto recursos relacionados, tais como pessoal, recursos financeiros e tecnologia. (HORTON; MARCHAND (Ed.) apud CRONIN, 1990, p. 45).

Aqui, o primeiro aspecto suporta o segundo, e é essencial compreender que o fazer profissional leva em consideração aspectos sociais, cognitivos e intelectuais dos usuários de informação.

Os processos de organização da informação geram um produto, contendo elementos descritivos que representam um objeto informacional específico, referenciado como representação da informação. A OI permite que a informação (objeto informacional) seja recuperada e seja utilizada em processos de tomada de decisão, produção e disseminação de conhecimento, seja no contexto acadêmico ou no ambiente empresarial. Epistemologicamente, ela lida com tratamento temático de informação, partindo dos fundamentos da catalogação de assuntos, classificação, indexação e análise documental. Sua prática atende tanto a necessidades informacionais lógicas (ambiente virtual) quanto a físicas (documentos físicos).

2.7.1 Controle Terminológico

O controle terminológico se refere a escolha de termos adequados para representação de conceitos de forma objetiva, a fim de evitar ambiguidade e imprecisão. Dentro desse controle, temos o vocabulário controlado, que é uma linguagem construída artificialmente para representar determinada(s) área(s) do conhecimento. Para Silva (2015, p.21),

[...] um vocabulário controlado surge para tentar solucionar problemas causados por características próprias da linguagem natural como ambiguidades, polissemia, sinonímia e homonímia, que quando não padronizados afetam os resultados dos processos de recuperação da informação quanto à precisão e relevância.

Harping (2016) define o vocabulário como um arranjo de termos (palavras e/ou frases) usadas para indexação e recuperação de conteúdo. É preciso ter atenção na utilização desses vocabulários, pois estão sujeitos a situações da língua, como diferentes termos que representam um mesmo elemento, ou um termo que representa múltiplos elementos. Segundo a ANSI/NISO Z39.19, se utiliza o controle de vocabulário para melhorar a eficácia de sistemas de armazenamento e recuperação da informação, de navegação na Web e outros ambientes que propõem utilização semelhante (identificação e localização de conteúdo). Seu principal objetivo é obter consistência na descrição de objetos e conteúdos para facilitar e

garantir a recuperação. Ela também apresenta os princípios do vocabulário controlado: a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos, estabelecimento de relações entre termos quando necessário e teste e validação dos termos. Esses princípios contribuem com o propósito de fornecer meios para organização da informação. Ou seja, é preciso garantir que os tais termos a serem autorizados estejam em consonância com a demanda informacional. Havendo atendido esses pontos, o vocabulário controlado vai permitir ao usuário o controle terminológico necessário para desempenhar suas atividades.

2.7.2 Taxonomia

Taxonomia é uma palavra de origem grega, *taxis* (ordem) e *nomia* (método). Surgindo pela primeira vez na área da Biologia, a partir da publicação do *Systema Naturae*, pelo cientista e médico sueco Karl Von Linné em 1735. Linné usou a taxonomia para classificar e hierarquizar os seres vivos segundo suas características distintas. As primeiras taxonomias científicas surgiram nas áreas da botânica, zoologia e paleontologia e, dois séculos depois, surgiram novamente em áreas pedagógicas, com a classificação dos objetos educacionais de Bloom em 1975.

Para Edols (2001), foram os ambientes digitais que potencializaram sua utilização, pela semelhança às formas automatizadas de criação de informação da Ciência da Informação. Nesse contexto, a taxonomia é utilizada para estruturar informações e entender como uma área do conhecimento se relaciona e interage com outras. Terra et al (2005) a define como “um vocabulário controlado de uma determinada área do conhecimento, e, acima de tudo, um instrumento ou elemento de estrutura que permite alocar, recuperar e comunicar informações dentro de um sistema sob uma premissa lógica”.

Em contextos organizacionais, as taxonomias se fazem presentes como instrumentos de organização e recuperação de conhecimento e aprendizagem. Bailey (2007) apud Aganette (2010) afirma que as taxonomias atuam como estruturas de classificação que têm por finalidade servir de instrumento para que empresas e instituições possam organizar e recuperar informação. Graef (2001) as define como “uma estrutura que provê uma maneira de classificar coisas através de

uma série de grupos hierárquicos para facilitar sua identificação, estudo ou localização.” Ainda no contexto organizacional, existem três tipos de taxonomia: descritiva, gerencial de dados e navegacional.

- Taxonomia descritiva: faz uso de vocabulários controlados (baseados na estrutura dos tesouros) e relações semânticas para otimizar a busca e recuperação da informação pelo usuário. É muito utilizada em ambientes corporativos.
- Taxonomia gerencial de dados: contém uma lista pequena de termos controlados sem hierarquia. Apesar de semelhante a taxonomia descritiva, ela difere no objetivo por não permitir acesso a toda informação da organização. Ela é utilizada para gerir dados, enquanto que a descritiva gere conteúdo.
- Taxonomia navegacional: organiza informação de forma flexível, permitindo ao usuário o acesso por meio da navegação. A estrutura é completamente visível, permitindo a exploração e descoberta da informação. Assim como a descritiva, utiliza relações semânticas.

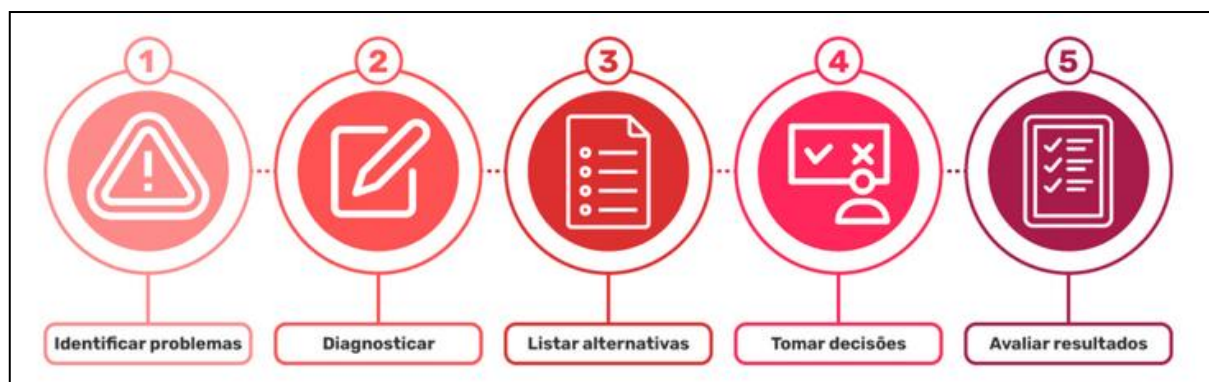
2.8 Tomada de Decisão

A tomada de decisão (chamaremos de TdD) é uma das atividades mais importantes dentro do ambiente organizacional, pela qual as organizações definem os objetivos a serem alcançados. É um processo complexo, que envolve, além de pessoas, dados, informação e conhecimento. Varia de formas inesperadas, desde uma decisão tomada por impulso repentino, até uma análise profunda, que leva em conta todas as possibilidades e através de múltiplos cenários.

Para Buchanan e O'Connell (2006), o conceito de TdD surgiu em meados do século passado, quando Chester Barnard inseriu o termo, comumente utilizado na gestão pública, no contexto empresarial. A partir de então, a maneira como os gestores encaravam suas atividades mudou consideravelmente, surgiu ali uma necessidade de encarar um problema, analisar soluções e alcançar uma solução. Essas três atividades resumem ao máximo o processo de TdD, porém vários autores definiram suas próprias atividades (etapas) em seus estudos sobre esse processo. É

possível ainda sintetizar os modelos desses autores sem perder o sentido do processo, da seguinte forma:

Figura 4 – Etapas da Tomada de Decisão



Fonte: <https://crmpiperun.com/blog/processo-decisorio/> (acesso em 20/02/2025)

1. Identificar problemas: Maximiano (2004) se refere como o momento em que se percebe que há um problema ocorrendo e é necessário tomar uma decisão;
2. Diagnosticar: deve-se buscar a origem do problema, bem como quem é afetado (causas e consequências) e buscar entendimento da situação;
3. Listar alternativas: todas as opções disponíveis que podem resolver a situação. Devem levar em conta diversas condições da organização. Atividades de *brainstorming* são bem comuns nessa etapa;
4. Tomar decisões: aqui é quando o gestor deve fazer sua escolha. Analisar as opções da etapa anterior e escolher a opção mais benéfica que resolva o problema da melhor forma possível;
5. Avaliar resultados: reunir informações do processo e gerar relatórios de *feedback*, a fim de saber se a decisão tomada foi realmente a melhor, e se não há desdobramentos do problema causados pela ação.

Henry Mintzberg, um dos pais da administração, fez inúmeras contribuições para as bases teóricas do estudo da tomada de decisão na administração. Além disso, a TdD ainda contempla outras áreas do conhecimento, como matemática, sociologia, psicologia, economia e ciência políticas. Realisticamente, faz parte constante da nossa vida, pois cada escolha que fazemos é decorrente de um processo de tomada de decisão.

Para Maximiano (2004, p. 111), tomada de decisão é:

...uma escolha entre alternativas e possibilidades. As decisões são tomadas para resolver problemas ou aproveitar oportunidades. O processo de tomar decisões (ou processo decisório) é a sequência de etapas que vai da identificação de uma situação que oferece um problema ou oportunidade, até a escolha e colocação em prática de uma ação ou solução.

Vale ressaltar que, além da TdD, existe o que chamamos de processo decisório. É um processo que compreende as estratégias e ações que corroboram para a tomada de decisão, e seu estudo vem evoluindo desde 1940, atrelado a evolução dos processos administrativos. Os conceitos de TdD e processo decisório estão intimamente relacionados, sendo a tomada de decisão o ponto final do processo decisório. Para que essas estratégias e ações sejam eficazes, a organização precisa de uma gestão da informação robusta, que implicará diretamente no processo e na tomada de decisão. Além disso, o processo decisório (e consequentemente a tomada de decisão) está sujeito a limitações, sejam elas internas ou externas. Em relação a isso, cabe ao(s) responsável(eis) pela(s) escolha(s) analisar as possibilidades que dispõe. No quadro a seguir, vemos os tipos de decisor e como se comportam:

Quadro 3 – Estilos de Decisor

Decisor	Características
Decisivo	Utiliza poucas informações, pouco planejamento e diz respeito à hierarquia. É um estilo autocrático e delegante, e orientado por resultados.
Flexível	Utiliza poucas informações e as analisa sob diferentes aspectos. É adaptativo e criativo, e decide baseado nas discussões do grupo, não gosta de estruturas formais e regras.
Hierárquico	Planeja a longo prazo, faz análises complexas dos dados, tem como ideal a burocracia. Maximiza o uso de informações para alcançar a melhor solução. É detalhista, controlador e centralizador.
Integrativo	Usa muita informação e gera várias alternativas possíveis, prefere organizações menos rígidas. Valoriza a exploração e a criatividade e tenta compatibilizar interesses de pessoas e da organização.

Sistêmico	Combina qualidades do estilo integrativo e do hierárquico. Não delega, exercendo influência e controlando informações. Planeja a curto e a longo prazo. Valoriza informação, estimulando sua coleta regular e cuidadosa. Estimula as pessoas a trazerem informações.
------------------	--

Fonte: Dalcin (2015) – Adaptado pelo Autor

Além do tipo de decisor, também existem tipos de TdD que devem ser conhecidos pelos gestores, afinal, tomar uma decisão vai além do impulso rápido e da análise demorada, há várias nuances.

Quadro 4 – Tipos de Tomada de Decisão

Tomada de Decisão	Características
Intuitiva	Esse tipo de tomada de decisão tem como base a intuição e o instinto do profissional. As escolhas são feitas a partir de pouco ou nenhum conhecimento do assunto envolvido, deixando de lado dados técnicos ou estudos, sendo baseada somente em experiências prévias, achismos e respostas emocionais. Por esses motivos, é um tipo de tomada de decisão que traz riscos consideráveis para a organização.
Racional	Leva em consideração uma série de fatores lógicos e racionais. É feita após uma análise aprofundada e comparativa.
Colaborativa	Ação tomada por mais de um profissional, tendo como principal vantagem o fato de agregar diferentes pontos de vista e opiniões. Defende que as decisões sejam tomadas não só pelos líderes, mas por toda a organização. É um tipo de decisão mais abrangente, contribuindo para ações e resultados mais eficientes e duradouros, além de trazer uma redução na incidência de erros.
Com base em valores	Os valores do gestor são considerados durante este tipo de tomada de decisão. As ações da empresa podem ser influenciadas pela família, experiências de vida e profissionais, referências, entre outros fatores. Além destes, missão, visão e valores da organização também embasam as decisões. Esse tipo de abordagem demanda cautela, pois pode haver um conflito entre os valores pessoais e os valores corporativos.

Especializada	Consiste em fazer deliberações na empresa com a ajuda de especialistas do setor. Por ser construído por um profissional experiente em determinado segmento, é um dos tipos de decisão mais confiáveis no universo organizacional. As ações são tomadas a partir de informações relevantes da empresa e do mercado, de modo a embasar as decisões e tornar o processo mais estruturado.
----------------------	--

Fonte: <https://www.amcham.com.br/blog/tipos-de-tomada-de-decisao> (acesso em 20/02/2025, adaptado pelo Autor)

Ter um processo decisório bem estruturado não significa sucesso garantido, porém contribui para que a tomada de decisão seja coerente e menos sujeita a erros.

2.8.1 Tomada de decisão baseada em dados

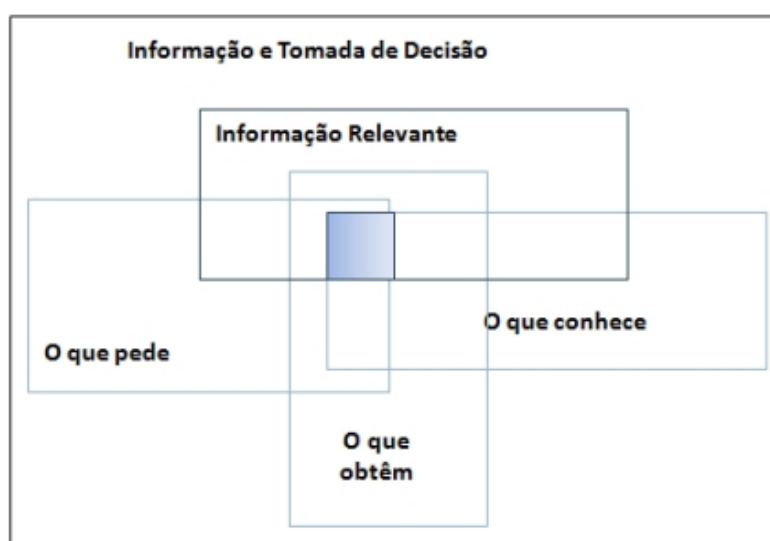
Como dito na seção anterior, dados, informação e conhecimento são conceitos envolvidos no processo de tomada de decisão. Mas como especificamente esses conceitos desempenham seus papéis?

No contexto da TdD, eles formam um sistema hierárquico difícil de delimitar. Para Angeloni (2003), com base em Davenport (1998), dado é a matéria bruta da informação, que se transforma com a aplicação de um contexto. Entretanto, o contexto da informação depende da necessidade informacional do usuário, portanto a informação do usuário A pode ser apenas um dado para o usuário B. As características do usuário determinam a maneira que a informação toma forma e a perspectiva individual infere diretamente no processo decisório. Logo, o papel desses 3 conceitos é intrinsecamente baseado na percepção e necessidade informacional do usuário, o que afeta também a forma como serão processados e analisados. É por isso que se recomenda uma gestão da informação bem estruturada no ambiente corporativo. Um dado/informação devidamente tratado, estruturado e acessível oferece um maior nível de aplicabilidade, além de permitir uma melhor qualidade de processamento.

A utilização de dados para tomada de decisão permite que a mesma seja fundamentada em fatos concretos, reduzindo a chance de subjetividade ao mesmo

tempo que aumenta a eficácia das ações implementadas (Gomes et al. 2024). A tomada de decisão baseada em dados (do inglês *data-driven decision making*) aborda o uso enfático dos mesmos para análises, em oposição a dependência da intuição. Ao contar com dados, métricas e/ou previsões estatísticas ao invés da intuição do gestor, é notório que o desempenho das organizações é alavancado, refletindo também na produtividade, através de processos de coleta, análise e interpretação.

Figura 5 – Informação e tomada de decisão



Fonte: Adaptado de Aguillar (1967 apud STAREC, 2006, p. 50).

Na figura acima, podemos observar de forma ilustrada como é a relação entre informação e tomada de decisão. Cada quadro desse diagrama de Venn apresenta uma variável do processo: o que [se] conhece (os dados disponíveis), o que [se] pede (a demanda informacional), o que [se] obtém (o dado coletado) e a informação relevante (o dado tratado e processado) que fornecerá o *insight* necessário para a tomada de decisão.

Dentro desse contexto informacional, a TdD vem se deparando com um aumento explosivo de dados provenientes da internet e outros meios eletrônicos, que por consequência demanda formas mais eficazes (robustas e potentes) para

coletar, armazenar e processar esses dados. As organizações precisam se adaptar a tal, por isso precisam adotar ferramentas de *analytics*⁹ adequadas no seu dia a dia.

As decisões baseadas em dados, apesar da proposta, não estão livres da intuição. Um gestor pode deter todas as informações de que precisa para tomar uma decisão, frutos de uma análise extensiva, porém pode acabar agindo segundo fatores pessoais, ou ordens superiores. Apesar disso, se utilizar de dados para tomar decisões é, sem dúvida, uma forma de garantir que a sua decisão é mais precisa e contém menos viés, o que aumenta a confiabilidade do resultado.

A partir desse momento, os temas abordados neste referencial teórico foram devidamente contextualizados para permitir ao leitor compreender do que se tratam. Ademais, para compreender o porquê da escolha dos tópicos 2.2 ao 2.5:

- UPFE: local onde o estudo é realizado;
- PROEXT: unidade da UFPE responsável pela extensão universitária;
- CECINE: local onde o pesquisador foi bolsista;
- UNMQ: projeto de extensão onde o bolsista foi alocado para desenvolvimento das atividades. É importante destacar que o projeto UFPE no Meu Quintal **não é** vinculado a CECINE.

Em relação ao trabalho em si, seguimos com a metodologia e a análise dos resultados.

⁹Analytics (Inteligência analítica) é a prática de analisar grandes volumes de dados, utilizando ferramentas e técnicas diversas para gerar insights valiosos. Esse processo envolve a exploração dos dados, destacando tendências e padrões que ajudam na tomada de decisões mais embasadas.

3 METODOLOGIA

No que diz respeito à metodologia deste trabalho, trata-se de uma pesquisa **qualitativa**. Para Gil (1999, p.175), "... não há formas ou receitas definidas para auxiliar os pesquisadores. Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador". Nesse sentido, o propósito é analisar uma situação específica do projeto UFPE no Meu Quintal, situação essa que envolve informações não quantificáveis, portanto sua natureza qualitativa. Além disso, esse tipo de análise de situações específicas é o que caracteriza estudos de caso. Yin (2005, p.32) afirma que

o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

O estudo de caso é uma metodologia de pesquisa onde são coletadas e analisadas informações referentes a um determinado tema dentro de um contexto real. Essa coleta é feita por meio de uma investigação aprofundada sobre o tema e o processo de análise acontece através da aplicação prática do conhecimento para solucionar uma necessidade identificada após a delimitação do contexto.

Parte do levantamento dos dados para contextualização da revisão de literatura foi realizado a partir de entrevistas. Gil (1999) admite que a entrevista é sem dúvidas a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados disponibilizadas pelas ciências sociais. Para Ribeiro (2008), a utilização técnica da entrevista tem vantagens como a flexibilidade na aplicação, a facilidade de adaptação de protocolo (a maneira como a entrevista é conduzida pode ser modificada), a viabilização da comprovação e esclarecimento de respostas, a taxa de resposta elevada, entre muitas outras. Foram realizadas duas entrevistas investigativas durante o desenvolvimento deste trabalho.

- A primeira foi realizada com a coordenação do UNMQ, pois não há registros documentais acessíveis sobre o projeto;
- A segunda foi realizada com a Pró-Reitora responsável pela PROEXT, para coletar informações sobre a Pró-Reitoria e esclarecer algumas dúvidas sobre a mesma.

Os roteiros das entrevistas junto a data da aplicação podem ser encontrados no Apêndice deste trabalho. O tipo de entrevista realizada foi o semi-estruturado, pela sua flexibilidade em permitir que além das perguntas pré-elaboradas seja possível construir novas perguntas à medida que a entrevista acontece.

O tipo da pesquisa deste trabalho é **exploratória**, sendo realizada com base na experiência do pesquisador enquanto bolsista no projeto UNMQ (familiaridade com o problema), no período de maio/2023 a junho/2024, relacionando os conhecimentos em Gestão da Informação (em específico a organização da informação) com as necessidades identificadas. Para Gil (1999), a pesquisa exploratória é desenvolvida para proporcionar uma visão geral sobre determinado fato que não é muito explorado, de difícil operacionalização. O resultado da pesquisa exploratória torna o tema mais compreensível e permite uma melhor sistematização de procedimentos investigativos.

Em relação aos meios, foi realizada uma pesquisa **bibliográfica**, a fim de contextualizar parte dos assuntos abordados no referencial teórico. A pesquisa bibliográfica se desenvolve a partir de material pré-existente, como artigos científicos e livros, entre outros materiais. Segundo Gil (1999), esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador cobrir mais assuntos de forma mais completa do que se pesquisasse diretamente. No contexto deste trabalho, os temas do referencial teórico que necessitaram de pesquisa bibliográfica estão listados abaixo. Quanto às ferramentas de busca, foram utilizadas o *Google* e o *Google Scholar*. O quadro a seguir apresenta o tema pesquisado e a *string* de busca correspondente.

Quadro 5 – Buscas no Google e Google Scholar

Tema	String de busca
Gestão da Informação	gestão da informação
Organização da Informação	organização da informação
	controle terminológico

Controle Terminológico	ferramentas de controle terminológico vocabulário controlado*
Taxonomia	taxonomia
Tomada de decisão	tomada de decisão processo de tomada de decisão processo decisório*
Tomada de decisão baseada em dados	tomada de decisão baseada em dados decisão baseada em dados
Obs.: Os termos marcados com (*) retornaram resultados relevantes relacionados com o tema associado.	

Fonte: Elaborado pelo Autor

O levantamento bibliográfico foi realizado entre julho e dezembro de 2024.

4 RESULTADOS

Nesta seção apresentam-se as ações tomadas para alcançar os objetivos. Por se tratar de um estudo de caso, há uma abordagem qualitativa, focada em explorar uma situação particular, através da coleta e análise de informações, e aplicar de forma prática conhecimentos a fim de solucionar um problema e/ou promover uma melhoria.

Como foi proposto anteriormente, foram analisadas as práticas internas do projeto UFPE no Meu Quintal referentes ao gerenciamento de informações. O cenário explorado foi o seguinte: havia sido identificado um déficit na gestão informacional do projeto. Com o crescimento constante do projeto em áreas de atuação e concentração de pessoas, o volume de dados/informação referente as propostas dos extensionistas aumentava constantemente. Era preciso ter um controle desse volume informacional, pelo bem da organização e planejamento dos passos futuros. Em fevereiro de 2023, a CECINE publicou um edital para seleção de bolsistas, que seriam encaminhados para projetos institucionais vinculados a ela. A vaga destinada ao curso de GI requeria que o estudante tivesse domínio na dinamização dos recursos de informação, diagnosticando, propondo soluções e implementando ações para os diversos usos do conhecimento e dos saberes gerados pelas diversas frentes de atuação do projeto (uma visão técnica do profissional gestor da informação). Em maio de 2023, foram iniciadas as atividades e eu, enquanto bolsista, fui alocado ao projeto UFPE no Meu Quintal. No primeiro encontro, fui apresentado à coordenação do projeto e informado que tipo(s) de atividade(s) estaria desempenhando ao longo do período da bolsa, que durou 1 ano (2023-2024). A princípio, reuniões eram realizadas a cada 7/15 dias, para alinhamento. Foi nesses encontros que se tomou conhecimento do problema, a organização de ativos do projeto estava deficitária.

4.1 Análise Situacional

Segundo a coordenação do UNMQ, “quando o bolsista chegou, ele encontrou uma selva de dados desorganizados...”. Todo os documentos do projeto, sejam os formulários de inscrição das operações ou os relatórios de gestão, estavam espalhados entre múltiplos locais. É sabido que o projeto está presente nos 3 campi,

logo os documentos também se encontravam espalhados entre eles. Havia documentos em Recife, outros em Vitória de Santo Antão, outros ainda em Caruaru, e não só os documentos digitais, mas até os físicos. Além destes casos, havia documentos nos computadores pessoais da equipe gestora.

Outro problema identificado tinha relação com a coleta de informação dos extensionistas durante as inscrições para as operações. O processo de inscrição é realizado via *Google Forms* e, apesar das respostas serem estruturadas numa planilha (*Google Sheets*), o processamento posterior dos dados não era possível, em especial para casos envolvendo os dados de múltiplas operações. A razão? Cada operação tinha um formulário de inscrição próprio. Algumas perguntas se repetiam, outras eram modificadas (mas mantinham a mesma resposta; ou a pergunta passava a requerer uma resposta diferente de um caso anterior) e novas perguntas eram criadas. Era difícil cruzar os dados para obter informações, quanto mais elaborada a análise, pior de se relacionar.

4.2 Diagnóstico

Nos meses seguintes à identificação do problema (por volta de junho/julho), tivemos reuniões para discutir formas de abordar esses casos e propor soluções. A seguir estão esquematizados os problemas e as respectivas soluções propostas:

Quadro 6 – Diagnóstico situacional

Problema Identificado	Solução Proposta
Documentação dispersa	• Recolher os documentos físicos e guardá-los num único local, que poderia ser em um dos três campi; • Reunir a documentação digital. Dependendo do volume de dados, seria ideal o armazenamento em um HD externo, ou armazenamento em nuvem.
Coleta de informações cadastrais	• Uniformizar o formulário de coleta, a fim de evitar discrepância e ambiguidade; • Construir uma base de dados para facilitar o processamento e análise das inscrições.

Fonte: Elaborado pelo Autor

Graças a esse levantamento, foi possível planejar as ações a serem aplicadas de forma mais assertiva.

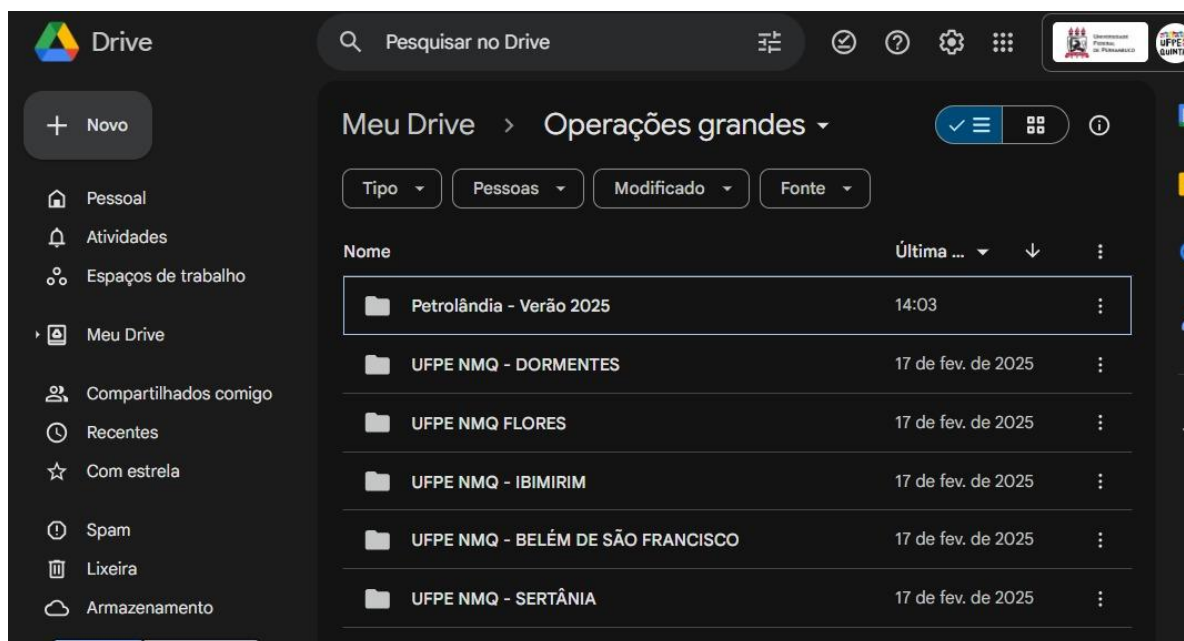
4.3 Ações aplicadas

Apesar da complexidade aparente do primeiro problema, a solução foi bem simples. Para a organização dos documentos digitais, fiz a sugestão do projeto adquirir um e-mail institucional (@ufpe.br), como forma de centralizar o trâmite de informações. Evitaria que os e-mails trocados ficassem espalhados entre os coordenadores (em casos de não serem encaminhados a todos), além de facilitar o acesso aos documentos armazenados (*Google Drive*). Além disso, o e-mail do projeto tem uma capacidade de armazenamento maior que os e-mails usados por docentes, discentes e servidores da universidade.

A sugestão foi aceita e o projeto fez a solicitação ao STI para aquisição do e-mail. Depois de aproximadamente uma semana, o e-mail meuquintal.ufpe@ufpe.br estava funcionando. Foi feita a migração dos dados dispersos para este e-mail. Foi um trabalho metódico, que exigiu tempo e organização, afinal era preciso procurar os documentos onde quer que estivessem para migrá-los ao *drive*. Alguns documentos acabaram se perdendo, sem formas de serem recuperados, mas um volume considerável de informações foi recuperado e realocado com êxito.

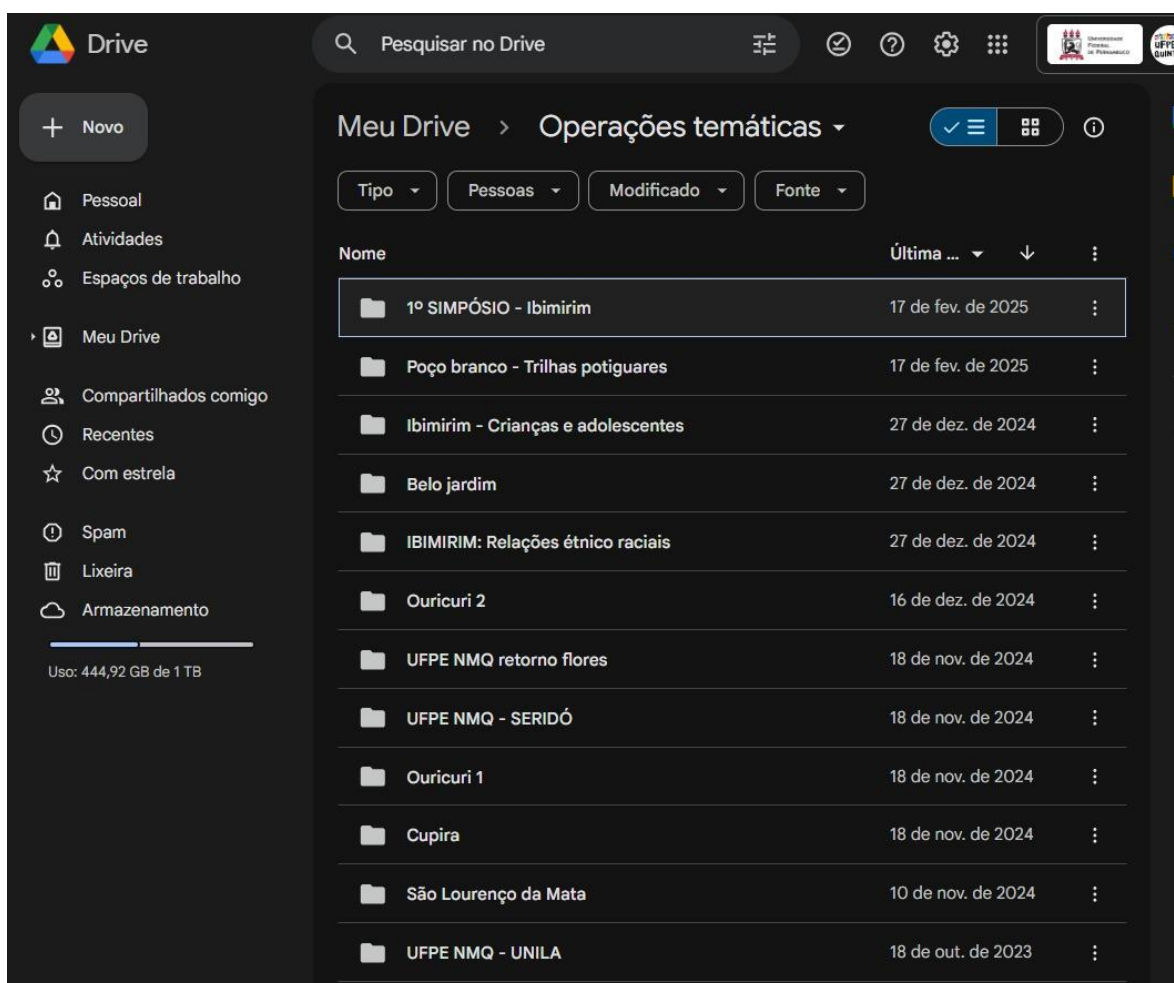
Mas a migração dos dados não era tudo, era preciso organizá-los em sua ‘nova casa’. Para o (novo) esquema de organização, foi aplicada a taxonomia navegacional. Esse tipo de taxonomia consiste na flexibilidade com que as informações podem ser organizadas, além de permitir ao usuário acesso aberto ao conteúdo. É um tipo bastante utilizado na construção de sites e outros ambientes que promovem *browsing*, meio pelo qual o usuário navega e ‘descobre’ a informação. Essa taxonomia se preocupa principalmente com a relação entre o conteúdo a ser navegado e o usuário, pela premissa que o mesmo precisa conhecer os termos para que façam sentido. Felizmente a equipe tem um bom nível de conhecimento sobre os termos referentes aos documentos e demais informações do projeto, de forma que quem quer que acesse, reconheça de imediato ou precise de um apoio mínimo. As figuras a seguir apresentam como está organizado o *drive* do UNMQ.

Figura 6 – Organização taxonômica das grandes operações



Fonte: Drive do Projeto UNMQ (adaptado pelo Autor)

Figura 7 – Organização taxonômica das operações temáticas



Fonte: Drive do Projeto UNMQ (adaptado pelo Autor)

Como proposto pela taxonomia navegacional, os elementos estão nomeados (descritos) com termos conhecidos e expostos para que o usuário consiga identificar onde ir enquanto navega.

Para a solução do segundo problema, sugeri uniformizar os formulários. De que forma? Foram coletados os formulários das últimas cinco operações (Dormentes, Flores, Sertânia, Ibimirim e Seridó) na época. As perguntas de cada um foram analisadas lado a lado, para encontrar aquelas em comum (que seriam replicadas) e analisar as demais para saber quais poderiam continuar sendo aplicadas. Analisamos a relevância da pergunta, que foi o critério principal para selecionar quais comporiam o novo formulário, a ser aplicado nas operações seguintes. Para isso foi aplicado o controle terminológico. Apesar de geralmente a definição de termos controlados se referir a palavras, no contexto do formulário os termos foram às frases das perguntas.

A principal parte dos formulários onde esse controle se mostrou expressivo foi na seção destinada aos dados médicos dos extensionistas. Alguns exemplos:

- Você possui alergias (alimento, medicamento ou qualquer outra)? Caso tenha alergias indique. Caso não, escreva: "não se aplica".
- Você possui algum problema de saúde (física ou psicológica)? Caso tenha, indique. Caso não, escreva: "não se aplica".
- Faz uso de medicamentos em sua rotina? Caso sim, qual? Caso não, escreva: "não se aplica".
- Você possui alguma deficiência? Se sim, qual? Caso não, escreva: "não se aplica".
- Possui alguma fobia? Caso sim, qual? Caso não, escreva: "não se aplica".

Todas essas perguntas fazem parte dos formulários aplicados a partir de 2023. Nos formulários mais antigos, perguntas desse tipo eram geralmente divididas em duas: a primeira com respostas 'sim' e 'não', e a segunda com a informação de fato, caso a resposta anterior tenha sido 'sim'. Como no exemplo a seguir:

- Você possui alguma alergia? [sim] [não]
 - Se sim, qual(is)? [informação]

O controle terminológico foi essencial para remover essas perguntas redundantes, visto que elas só tornavam o preenchimento do formulário maçante. Tais perguntas foram reformuladas para permitir uma coleta de dados mais prática e direta.

Em paralelo a construção do novo formulário, começamos a construção de uma base de dados que armazenaria os registros das inscrições futuras. Criei uma planilha no *Excel*, e os campos dessa planilha são justamente as perguntas do novo formulário. Em preparação para saber se seria possível processar os dados dessa nova planilha, ela foi alimentada com os dados das operações passadas mencionadas anteriormente. À medida que era alimentada, percebi algumas ‘falhas estruturais’ nas planilhas antigas. Além das perguntas redundantes no levantamento das informações pessoais dos extensionistas e nas informações de saúde, havia o problema com o formato de entrada para informações do endereço dos extensionistas. Foi preciso modificar o formato da resposta recebida. Contextualizando: a pergunta ‘Endereço completo’ que continha a descrição ‘(Logradouro, Número, Bairro, Cidade, Estado, País, CEP, Referência, Complemento)’ tinha como resposta um campo único. Porém, era constantemente preenchida de forma incompleta. Como poderíamos analisar a quantidade de alunos que participaram da operação X que são moradores do município de Recife, se os inscritos não preenchiam todas as informações pedidas? Como solução, a pergunta ‘Endereço completo’ passou a receber uma resposta composta de múltiplos subcampos, um para cada elemento da descrição.

Figura 8 – Base de Dados do UNMQ (coleta dos endereços – Operação Flores)

CEP	Rua	Bairro	Cidade (origem[Dormentes]*)	Estado (origem[Dormentes]*)	País	Complemento	Nº
	Rua Paranaguá		Gravatá	PE		Casa do Estudante Masculina UFPE casa B	
	Rua Colibri						
	Rua Itapejara	Várzea					
	Rua Estácio de Sá						
	Rua Oitenta e Dois	Maranguape I	Paulista			Quadra 59, Bloco 07, apt 202	
	Rua Moraes Rego	Cidade Universitária				Casa do Estudante Mista	S/N
	Rua Cento e Quarenta e Seis	Jardim Paulista Alto	Paulista	PE		casa A	
	Avenida Conde da Boa Vista	Soledade	Recife	PE		apt 205	
	Rua Professor Lucy Alvarez						
	Rua Hilário Gomes de Souza	Bela Vista				casa B	
	Rua José Gregório Tabosa	Rendeiras	Caruaru	PE			
	Rua Vila Rica						
	Rua Elzanira Bezerra	Cajá					
	Rua Frei Jaboatão					Bloco D, apt 202	
53610-850	Rua Manoel Francisco Carneiro	Centro	Igarassu				
	Rua Tamareira	Jordão Alto	Recife				
	Rua Senador Antônio Farias	Bela Vista	Vitória de Santo Antão				
	Rua Professora Eunice de Vasconcelos Xavier						
			Cabo de Santo Agostinho				
	Rua do Borges	Alto José Leal	Vitória de Santo Antão	PE		casa B	
	Rua G		Pombos	PE		Loteamento São Gustavo	
	Rua Primitivo de Miranda						
	Rua Hipólito Braga	Rosarinho	Recife			apt 1701B	
	Avenida Jockey Club	Prado	Recife			torre B, Edifício Maria de Fátima, apt 102	
	Rua Hilário Gomes de Souza	Bela Vista	Vitória de Santo Antão			casa B	
	Avenida Jornalista Aníbal Fernandes						
	Rua José Firmino	Jardim Neópolis	Carpina	PE			

Fonte: Elaborado pelo Autor

Como visto acima, podemos observar alguns exemplos de respostas que foram alocadas na nova planilha. Percebe-se o quão incompletas são algumas delas, por causa do modelo da resposta que era requerido anteriormente.

À medida que prosseguimos com o preenchimento da base, compreendemos que havia campos (perguntas) demais, e isso afetaria o processamento dos dados consideravelmente. Como solução, foi mais prático dividir a planilha em diferentes abas, agrupando os campos tematicamente, ao invés de por todos lado a lado numa única página. Os grupos temáticos foram:

Quadro 7 – Organização da base de dados

Grupo temático	Informações coletadas
Informação Pessoal	Nome, Nome social, Gênero, Data de nascimento, RG, Órgão Expeditor, CPF, Nacionalidade, Naturalidade, Telefone 1, Telefone 2 (reserva), e-mail, e-mail alternativo, Tamanho da camisa
Endereço	CEP, Rua, Bairro, Cidade, Estado, País, Complemento, Número
Informação Acadêmica	Campus, Curso, Período, e-mail institucional
Informação da Operação	Eixo temático, Linha de atuação (principal), Linha de atuação (secundária), Submissão (individual/dupla), Título, Proposta (pdf), Público-alvo, Ambiente (local), Operação (cidade), Participação anterior
Informação Médica	Alergias, Problemas de saúde, Medicação em uso, Deficiência, Recurso de acessibilidade, Fobias, Tipo sanguíneo, Contato de emergência, Relação com o contato, Cartão de vacinação (pdf)

Fonte: Elaborado pelo Autor

Apesar de não estar no quadro, cada aba da planilha tem um campo CPF que foi usado como chave (primária na aba pessoal, estrangeira nas demais) para facilitar os processos de busca e recuperação da informação. Cada campo da planilha é resultado da análise terminológica realizada entre os formulários antigos, buscando cobrir o máximo de informações relevantes possíveis, enquanto evita perguntas que gerem informações redundantes e ambíguas. Um *preview* dessa planilha pode ser acessada pelo *link* abaixo:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1zgMPUBNOni9wnZeaDboa8DHVvNDaDqv6YJi76AorMPE/edit?usp=sharing>

Também é importante ressaltar que a nova planilha permite a construção de *dashboards* mais elaborados que contribuirão para as análises futuras. O *dashboard* é uma ferramenta muito útil para visualização de dados e corrobora com os processos de tomada de decisão baseadas em dados. Para Few (2007), *dashboards* são telas que reúnem informações importantes que são necessárias para se alcançar um ou mais objetivos. São painéis onde geralmente se agrupam vários gráficos que representam visualmente as informações. Essa visualização¹⁰ permite ao decisor um maior nível de interpretação, além de agilizar o processo de tomada de decisão. Para o projeto, a possibilidade de construção de *dashboards*¹¹ auxilia a gestão no acompanhamento do crescimento constante das informações coletadas e permite que relatórios de gestão mais elaborados sejam produzidos, contribuindo para sua manutenção e o planejamento das ações futuras.

¹⁰A visualização de dados consiste na representação gráfica de informações e dados, usando elementos visuais como diagramas, gráficos e mapas, etc. A visualização de dados é uma forma acessível de ver e entender padrões nos dados.

¹¹ É possível visualizar um exemplo através do link <https://infogram.com/teste-tcc-1h0n25oxqk8kz4p?live>.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho abordamos a extensão universitária na Universidade Federal de Pernambuco, em especial o projeto UFPE no Meu Quintal, e de que forma a Gestão da Informação pode ser aplicada para melhorar as atividades de gestão. Através da Organização da Informação, um dos pilares da GI, e alguns de seus instrumentos, como a Taxonomia e o Controle Terminológico, pudemos analisar, propor e aplicar ações de melhoria, que contribuirão sem dúvidas para o presente e futuro do projeto, ainda mais nas questões relacionadas a Tomada de Decisão. Com a construção da base de dados, será possível acompanhar o volume crescente de informações que aumenta a cada operação realizada de forma centralizada e, melhor ainda, visual. Isso permitirá à gestão do projeto melhores formas de tomar suas decisões baseadas em dados.

O caminho da análise até as soluções foi um pouco tumultuoso. Entretanto, com o apoio da equipe do projeto, houve subsídios suficientes para conclusão com êxito do que se foi proposto. O propósito da abertura da bolsa lá em 2023, segundo a coordenação, era, de alguma forma, iniciar o processo de organização dos ativos do UNMQ. Pelo tempo de duração da bolsa, sabíamos que não seria possível organizar todos os documentos do projeto, pois o volume era muito grande, tanto digital quanto analógico. O ciclo do processo organizacional era muito grande e o tempo muito pequeno, por assim dizer. Então, o objetivo ‘reduzido’ foi organizar o máximo de informações possíveis de forma que, quando o período da bolsa se encerrasse, o produto final permitisse à coordenação nortear suas ações, seja em relação a continuação do processo de organização, seja contribuir com o planejamento de ações futuras. Dito isso, 91% dos objetivos do trabalho foram alcançados, pois foi realizada a análise situacional, preparado o diagnóstico e foram aplicadas parte das ações propostas. Os 9% não alcançados se referem a organização dos documentos físicos, já que não foi possível aplicar as ações propostas. A pedido da coordenação do projeto, priorizamos a organização dos documentos digitais.

Desenvolver esse trabalho foi um desafio, pois ele condensa todos os anos de estudo da graduação. A Gestão da Informação, como o nome diz, lida com gestão e informação. Informação faz parte e tudo ao nosso redor, seja como dado (informação sem contexto) ou conhecimento (informação com contexto). As vezes

ela está lá, existindo, só à espera de um contexto. Quando falamos de gestão, pensamos em administração e suas nuances. O que de fato faz parte. E que melhor forma de mostrar as habilidades de gestão do que trabalhar em uma organização? A CECINE é uma organização dentro de outra organização, a UFPE. Além disso, como compreender a extensão universitária sem fazer parte dela? Extensão faz parte do que torna a UFPE o que ela é, junto ao ensino e pesquisa, indissociável. Participar do projeto UFPE no Meu Quintal e ter acompanhado a Operação de Inverno – Ibimirim (2023) mudou minhas perspectivas sobre a importância da extensão para a vida acadêmica do discente. É preciso viver a universidade em sua totalidade, além das salas de aula e laboratórios, e ir para o mundo aplicar o conhecimento, transformando a teoria em prática empírica.

Por fim, espero que o UNMQ continue abrindo portas aos estudantes do curso de GI, para que eles continuem trazendo ao projeto o conhecimento e habilidades que contribuirão para a melhoria constante dos processos organizacionais, além de permitir que o curso seja visto e reconhecido, pois até hoje há quem diga que nunca viu o curso de Gestão da Informação.

Viva o espírito extensionista!

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lizandra de Souza Santos; TARTAROTTI, Roberta Cristina Dal'Evedove; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Avaliação do uso de vocabulário controlado em repositórios institucionais. **Informação@ Profissões**, v. 11, n. 1, p. 52-77, 2022.
- AGANETTE, Elisangela; ALVARENGA, Lídia; SOUZA, Renato Rocha. Elementos constitutivos do conceito de taxonomia. **Informação & Sociedade**, v. 20, n. 3, 2010.
- ANGELONI, M. T. **Elementos intervenientes na tomada de decisão**. *Ciência da Informação*, v. 32, n. 1, p. 17–22, abr. 2003.
- A PROEXT - UFPE. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proext/sobre>. Acesso em: 15 fev. 2025
- AQUINO, Idalécio J.; CARLAN, Eliana; BRASCHER, Marisa B. Princípios classificatórios para a construção de taxonomias. **PontodeAcesso**, v. 3, n. 3, p. 196-215, 2009.
- BEM, Roberta Moraes; COELHO, Christianne Coelho de Souza Reinisch. Instrumentos de Representação do Conhecimento para práticas de Gestão do Conhecimento: taxonomias, tesouros e ontologias. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 4, n. 1, p. 147-162, 2013.
- BERTONCINI, Cristine et al. PROCESSO DECISÓRIO: A TOMADA DE DECISÃO.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BRAGA, A. **A gestão da informação**. *Millenium*, 1 jun. 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.
- BRASIL, E. M. **Educa Mais Brasil - Ensino, pesquisa e extensão: o que são e como funcionam?** Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/ensino-pesquisa-e-extensao-o-que-sao-e-como-funcionam>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- BUCHANAN, Leigh; O'CONNELL, Andrew. Uma breve história da tomada de decisão. **Harvard Business Review**, v. 1, n. 1, p. 20-29, 2006.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S.l.], v.45, n.5, p.351-360, 1991.
- CAFÉ, L. M. A.; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREGO, J.; BRASCHER, M. (Orgs.). **Passeios no bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília, DF: IBICT, 2010.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Conceitos e uso da informação organizacional e informação estratégica. **TransInformação**, v. 18, p. 63-70, 2006.

CARDOSO, Leonor; GOMES, Adelino Duarte; REBELO, Teresa. Gestão do conhecimento: Dos dados à informação e ao conhecimento. **Comportamento organizacional e Gestão**, v. 9, p. 55-84, 2003.

CARVALHO, Rafael de Castro. **Visualização de informação em dashboards: qualidade em tomada de decisão baseada em dados**. 2018. 54 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CECINE - UFPE. Disponível em: <https://www.ufpe.br/cecine>. Acesso em: 15 fev. 2025

CHOO, Chun W. **Gestão da informação para a organização inteligente: a arte de explorar o meio ambiente**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista Em Extensão**, v. 13, n. 2, p. 11-24, 2014.

COSTA, M. D.; KRUCKEN, L.; ABREU, A. F. de. **Gestão da informação ou gestão do conhecimento?** *Revista ACB*, v. 5, n. 5, p. 26–41, 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/348>. Acesso em: 15 set. 2024.

DALCIN, Dionéia; MACHADO, João Armando Dessimon. Os estilos de tomada de decisão, as características dos agricultores e das propriedades rurais de Palmeira das Missões/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 2, 2015.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DA SILVA, Edson Rosa Gomes et al. Processamento cognitivo da informação para tomada de decisão. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 1, n. 1, p. 25-39, 2011.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira; Publifolha, 1999.

EDOLS, L. Taxonomies are what? **Free Pint**, n.97, oct. 2001.

EMBRAPA. **O processo de tomada de decisão**. Disponível em: <https://old.cnpgc.embrapa.br/publicacoes/doc/doc87/06processo.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FEW, Stephen; EDGE, Perceptual. **Dashboard confusion revisited**. Perceptual Edge, p. 1- 6, 2007.

FORPROEX. I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. UNB ,Brasília, 04 e 05 de novembro de 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2025.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 202. ISBN 8522422702.

GOMES, H. et al. Tomada de decisão baseada em dados: uso de dados para aprimorar a eficiência e eficácia na gestão escolar. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 9, p. e10385–e10385, 11 set. 2024.

GRAEF, J. L. **Managing taxonomies strategically**. Montague Institute Review. 2001.

HARPRING, P. **Introdução aos vocabulários controlados**: Terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, Pinacoteca de São Paulo, ACAM Portinari, 2016.

Institucional UFPE. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional>. Acesso em: 15 fev. 2025.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004.

LENOVO. **Glossary of data terms**. Disponível em: <https://www.lenovo.com/in/en/glossary/data/> Acesso em: 05 abr. 2025

MACHLINE, C. O processo decisório na gestão de tecnologia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 17, n. 6, p. 141–158, dez. 1977.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARINO, Tiago. **Dado x Informação x Conhecimento**. 2021. Disponível em: <https://tiagomarinio.com/classes/PPGGEO/leitura/Leitura%201%20-%20Dado%20x%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20x%20Conhecimento.pdf> Acesso em: 20 fev. 2025

MEDEIROS, Márcia Maria de. A extensão universitária no Brasil-um percurso histórico. **BARBAQUÁ**, v. 1, n. 1, p. 9-16, 2017.

METODOLOGIA CIENTÍFICA. Pesquisa estudo de caso. Disponível em: <https://www.metodologiacyentifica.org/tipos-de-pesquisa/pesquisa-estudo-de-caso/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MINDMINERS. Etapas do processo de tomada de decisão. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/etapas-processo-tomada-decisao/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MOREIRA, Cristiano; BEIRA, Joana Carlos; OLIVEIRA, Marlene. Um olhar dos estudantes do curso de Biblioteconomia acerca do que são dados, informações e conhecimentos. **Informação & Informação**, v. 25, n. 2, p. 484-508, 2020.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes. Processo decisório. 2015.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION (NISO). **Z39.19-2005r2010: Guidelines for the construction, format, and management of monographic series**. 2010. Disponível em: <http://groups.niso.org/higherlogic/ws/public/download/12591/z39-19-2005r2010.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Onde Falha o Plano Nacional de Extensão?. **Interagir**: pensando a extensão, Rio de Janeiro, n. 4, p. 7–14, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/interagir/article/view/21099>. Acesso em: 15 mar. 2025.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org), 2005. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: UFMG.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

NONATO, Rafael dos Santos; AGANETTE, Elisângela Cristina. Gestão da informação: rumo a uma proposta de definição atual e consensual para o termo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 01, p. 133-159, 2022.

OLIVEIRA, D. P. R. Sistemas de Informações Gerenciais. 10 ed. São Paulo, Atlas, 2005.

OLIVEIRA, D. R.; PERALES, W. J. S. Gestão da informação e de processos para a tomada de decisão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019. **Anais [...]**. XX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2019.

OLIVEIRA, L.; ALVARES, L. **Organização e representação da informação e do conhecimento**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281969932_Organizacao_e_representacao_da_informacao_e_do_conhecimento. Acesso em: 17 set. 2024.

PANDO, D. A.; ALMEIDA, C. C. DE. Cientificidade da organização da informação: uma análise epistemológica a partir da comunidade brasileira. **Informação & Informação**, v. 24, n. 1, p. 102, 6 mar. 2019.

PANDO, Daniel Abraão; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Organização da informação e do conhecimento no contexto da Ciência da Informação: da análise terminológica à reflexão epistemológica. In: **II Congreso ISKO España-Portugal/XII Congreso ISKO España (2015). Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos. Actas.** Murcia: Facultad de Comunicación y Documentación, Universidad de Murcia. ISBN ISBN. 2015. p. 978-84.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

PDI - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2024-2031. Disponível em: <https://pdi.ufopa.edu.br/pdi/paginas-de-links/o-que-e-ppi/>. Acesso em: 17 set. 2024.

PORTAL ADMINISTRAÇÃO. O processo decisório nas organizações. Disponível em: <https://www.portal-administracao.com/2014/03/o-processo-decisorio-nas-organizacoes.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PRÉVE, Altamiro Damian; MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes. **Organização, processos e tomada de decisão**. Florianópolis, SC: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI). Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/pdi/projeto-pedagogico-institucional-ppi>. Acesso em: 17 set. 2024.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

RAUTENBERG, Sandro; DO CARMO, Paulo Ricardo Viviurka. Big data e ciência de dados: complementariedade conceitual no processo de tomada de decisão. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 13, n. 1, p. 56-67, 2019.

RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; DOS SANTOS, Carlos Denner. Isso não é uma pirâmide: revisando o modelo clássico de dado, informação, conhecimento e sabedoria. **Ciência da Informação**, v. 49, n. 2, 2020.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação quantitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 04, p. 129-148, maio 2008.

ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre a representação e organização da informação e do**

conhecimento – eroic. Brasília, DF: IBICT, 2010. v + 335 p. ISBN 978-85-7013-072-3. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>.

ROCHA, Jessica Norberto; MAGALHÃES, Danilo; MASSARANI, Luisa; DAHMOUCHE, Mônica Santos. **De Cecigua a Fundação Cecierj**: trajetórias na educação em ciências e na divulgação científica no estado do Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/divulgacao-cientifica/ebook-cecigua/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

RODRIGUES, Iraci Oliveira. **A organização da informação e a organização do conhecimento na produção científica em ciência da informação**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI: 10.11606/D.27.2016.tde-01022016-144902. Acesso em: 15 set. 2024.

RODRIGUES, Valéria Maria. O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 4, 2015.

SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P. As interconexões entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento para o gerenciamento dos fluxos informacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 2, p. 19–33, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/17897>. Acesso em: 1 out. 2024.

SEMIDÃO, Rafael Aparecido Moron. Dados, informação e conhecimento enquanto elementos de compreensão do universo conceitual da ciência da informação: contribuições teóricas. 2014.

Smit, J.W. (2009). Novas abordagens na organização no acesso e na transferência da informação. In: Silva, H.C.; Barros, M.H.T.C. (Orgs.) *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária Unesp.

STARCK, K. R.; RADOS, G. J. V.; DA SILVA, E. L. **Os estilos e os modelos de gestão da informação**: alternativas para a tomada de decisão. *Biblios: Journal of Librarianship and Information Science*, n. 52, p. 59–73, 29 out. 2013.

STAREC, Cláudio et al. **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SETZER, Valdemar W. Dado, informação, conhecimento e competência. *DataGramaZero Revista de Ciência da Informação*, n. 0, v. 28, 1999.

SILVA, Heide Miranda da. **Qual a diferença entre Dados, Informação e Conhecimento?** Disponível em: https://www.profcordella.com.br/unisanta/textos/tgs21_dados_info_conhec.htm. Acesso em: 25 set. 2024.

SILVA, J. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 157, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/145>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SILVA, Wagner Pires da. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, 2020.

SIQUEIRA, Jessica Câmara. A noção do termo "informação": revisão de literatura. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 5, n. 1, p. 69-92, 2011.

TARPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

TARAPANOFF, Kira. Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação. 1995.

TERRA, J.C.C.; et al. **Taxonomia**: elemento fundamental para a gestão do conhecimento. 2005.

TONETTO, Leandro Miletto; RENCK, Priscila Brust; STEIN, Lílian Milnitsky. Cognição, Design e Consumo: A racionalidade limitada na tomada de decisão. **Estudos em Design**, v. 20, n. 2, 2012.

TOP UNIVERSITIES. Disponível em: <https://www.topuniversities.com/>. Acesso em: 15 fev. 2025

UFES. Projeto Pedagógico Institucional. Disponível em: <https://avaliacaoinstitucional.ufes.br/projeto-pedagogico-institucional>. Acesso em: 19 fev. 2025.

UFOPA. O que é PPI. Disponível em: <https://pdi.ufopa.edu.br/pdi/paginas-de-links/o-que-e-ppi/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

UFPE. *BO67*. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38962/1870976/bo67.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

UFPE. *PEI13-27*. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13_27_.pdf/02b4e655-63e3-40fe-b285-90bf01186a5d. Acesso em: 11 fev. 2025.

UFPE. *Resolução 16/2018 - Nova Resolução da Extensão*. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38978/2050074/Resolu%C3%A7%C3%A3o+16_2018+-+Nova+Resolu%C3%A7%C3%A3o+da+Extens%C3%A3o.pdf/8474f718-c88b-4e94-8212-2d1758f0a5e7. Acesso em: 12 fev. 2025.

UFPE. *Resolução N7/2018*. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38978/2050074/resolucaon7_2018.pdf/7b55ee0a-c50e-47c1-94e9-68938235e3b5. Acesso em: 12 fev. 2025.

UFPE. 75 anos - Apresentação. Disponível em:
<https://sites.ufpe.br/75anos/#Apresentacao>. Acesso em: 15 fev. 2025.

VITAL, Luciane Paula; FLORIANI, Vivian Mengarda; VARVAKIS, Gregório. Gerenciamento do fluxo de informação como suporte ao processo de tomada de decisão: revisão. **Informação & Informação**, v. 15, n. 1, p. 85–103, 2010. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15n1p85. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5335>. Acesso em: 15 set. 2024.

WIKIPEDIA. QS World University Rankings. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/QS_World_University_Rankings. Acesso em: 19 fev. 2025.

WIKIPEDIA. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_de_Pernambuco. Acesso em: 17 fev. 2025

WILSON, T. D. A problemática da gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, K. (Org.). Inteligência, informação e conhecimento. Brasília: IBICT; UNESCO, 2006. p. 37-55.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAIDAN, Tiago Eloy. **Os centros de ciência e o ensino básico: formação de professores e divulgação científica**. 2015.

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista 1

Público-alvo: Coordenação da CECINE

Data de aplicação: 17/02/2025

1. Como foi identificado o problema de organização dos ativos informacionais do projeto?
2. Como foi pensada a proposta de solução do problema?
3. Como surgiu a ideia de selecionar bolsistas para a área de dados sendo exclusivamente do curso de Gestão da Informação?
 - 3.1 Por que não selecionar um estudante de área de T.I.?
4. Como foram definidas as competências solicitadas no edital da bolsa?
5. Quais objetivos eram esperados para serem atendidos com a abertura dessa bolsa?
6. Quais eram suas expectativas em relação ao trabalho a ser desempenhado pelo bolsista?
7. Qual sua opinião sobre o trabalho desempenhado pelo bolsista?

APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista 2

Público-alvo: PROEXT

Data de aplicação: 27/02/2025

1. O que é a PROEXT e qual seu papel na UFPE?
2. O que levou à mudança de nome de PROEXC para PROEXT?
3. Como a PROEXT se divide (suas diretorias)?
 - 3.1 O que aconteceu com as antigas diretorias (de quando era PROEXC)?
 - 3.2 O que cada diretoria faz?
4. O que são as Coordenações Setoriais de Extensão?
 - 4.1 Qual sua importância e o papel desempenhado por elas?
5. Como foram escolhidas as áreas da extensão universitária?
6. Quais são os programas institucionais atuais?
7. Qual a importância da extensão universitária?